

Comissão Mista Permanente para Migrações Internacionais e Refugiados – CMMIR

Relatório 2022

Presidente: Deputado **TÚLIO GADELHA**

Vice-Presidente: Senador **PAULO PAIM**

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

1. Apresentação

O Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019, criou a Comissão Mista Permanente para Migrações Internacionais e Refugiados (doravante CMMIR).

Como atribuição, incumbe à CMMIR:

Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

De acordo com o art. 7º do Ato Conjunto referido, a competência da CMMIR, de acompanhamento, monitoramento e fiscalização, refere-se a políticas públicas de controle migratório; às causas e aos efeitos do fluxo migratório internacional; e à defesa dos direitos de refugiados; dentre outros assuntos correlatos.

Esta Relatoria, a fim de apresentar o relatório anual das atividades desenvolvidas, previsto no parágrafo único do art. 6º do Ato Conjunto nº 1, de 2019, esteve circunscrita à limitação de tempo, pois a instalação e a eleição da CMMIR ocorreram apenas em 12 de julho de 2022, em virtude das peculiaridades do ano de 2022 com as eleições gerais. Dessarte, o Plano de Trabalho de 2022 foi limitado a três meses de atuação, uma vez que a 2ª



SF/22096.29972-05

Página: 1/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eaf9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

reunião do colegiado que definiu o Plano de Trabalho e o cronograma de atividades da Comissão deu-se em 19 de outubro de 2022. No total, foram realizadas seis reuniões da CMMIR no corrente ano.

Conforme descrito, o objeto geral da CMMIR já é bem delimitado, contudo, quanto aos objetos específicos, eles necessariamente variam. Na ocasião da supramencionada reunião, foram aprovados os requerimentos nº 1 a 6, e o nº 8/2022, incluindo o Plano de Trabalho. Ficou prejudicado o requerimento nº 7, a pedido do próprio autor, o Vice-Presidente Paulo Paim, devido à duplicação de requerimento de mesmo conteúdo.

A fim de melhor identificá-los, os requerimentos aprovados são os seguintes:

1. Autora: Senadora Mara Gabrilli; objeto: aprovação da proposta de Plano de Trabalho para 2022 – Comissão Mista Permanente para Migrações Internacionais e Refugiados – CMMIR, que gerou o presente relatório.
2. Autora: Senadora Mara Gabrilli; objeto: realização de audiência pública para debater a situação do refúgio e da acolhida humanitária dos afegãos no Brasil.
3. Autora: Senadora Mara Gabrilli; objeto: realização de audiência pública para analisar o futuro da Operação Acolhida de venezuelanos no país.
4. Autora: Senadora Mara Gabrilli; objeto: realização de visita técnica da CMMIR no estado de São Paulo para diligências no Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Aeroporto Internacional de Guarulhos, bem como nos centros de acolhida especializados em população imigrante da Prefeitura de São Paulo e do Governo do Estado de São Paulo, com a finalidade de investigar a atual situação do acolhimento de imigrantes afegãos pelo Estado Brasileiro.
5. Autora: Senadora Mara Gabrilli; objeto: realização de audiência pública para debater acerca dos deslocamentos humanos forçados e mudanças climáticas no Brasil e no mundo.



6. Autor: Senador Paulo Paim; objeto: realização de audiência pública para debater a xenofobia no Brasil e no mundo.
7. Autor: Senador Paulo Paim; objeto: realização de audiência pública para debater os Direitos Sociais estabelecidos de imigrantes e refugiados no Brasil.

2. Atividades realizadas

Para levar a contento a competência desta Comissão sobre migrações e refugiados, foi empreendida uma visita para diligências (nas cidades de São Paulo e Guarulhos), além da realização das audiências públicas derivadas dos requerimentos aprovados. Destes, não foram executadas apenas as audiências previstas nos requerimentos nº 6 e 8, em virtude de escassez de tempo para a realização das mesmas.

Destaca-se que o cronograma das atividades previstas no Plano de Trabalho foi bem-sucedido, com apenas alguns ajustes no tocante às datas. Ao cabo dos três meses de atividades da CMMIR desde a aprovação do Plano, o cronograma foi contemplado na seguinte ordem cronológica:

Nos dias 6/10 e 19/10 de 2022, foram realizadas reuniões para deliberação do plano de trabalho e dos supracitados requerimentos.

No dia 3/11, foi cumprida a audiência pública sobre a situação dos refugiados do Afeganistão em São Paulo e em Guarulhos, em conformidade com o requerimento nº 2.

No dia 9/11, houve deliberação sobre as emendas da Comissão ao PLOA 2023 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022), com relatório da Coordenadora das emendas, Senadora Mara Gabrilli. Foi concluída a reunião com as seguintes emendas de apropriação e suas respectivas ações: a) No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Emenda nº 1, no valor de R\$ 15.000.000, para a ação “20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça”, com indicação dos Senadores Mara Gabrilli e Nelsinho Trad; b) No Ministério da Cidadania, a Emenda nº 2, no valor de R\$ 25.000.000, para a ação “219F - Ações de Proteção Social Especial”, com indicações dos Senadores Mara Gabrilli, Eliziane Gama, Paulo Paim e Nelsinho Trad e do Deputado Federal Túlio Gadêlha; c) No âmbito do Ministério da Defesa, a emenda nº 21, no valor de R\$



150.000.000, para a ação “219C - Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras” com indicações da Senadora Eliziane Gama e do Deputado Federal Túlio Gadêlha d) No Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a emenda nº 9, no valor de R\$ 340.000.000, para a ação “21AR - Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos”, com indicações dos Senadores Eliziane Gama, Paulo Paim, Nelsinho Trad.

No dia 10/11, foi executada visita técnica a Guarulhos e São Paulo, em consonância com o requerimento nº 4. Na ocasião, estiveram presentes o Presidente Túlio Gadêlha e a Relatora Mara Gabrilli. Além de visitarem o Posto de Atendimento Avançado Humanizado ao Imigrante do Aeroporto Internacional de Guarulhos, onde estão acampadas famílias afegãs, os parlamentares visitaram também centros de acolhimento nas duas cidades.

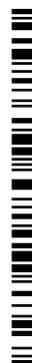
No dia 23/11, foi concretizada audiência pública sobre o futuro e as perspectivas da Operação Acolhida em Roraima, em atendimento ao requerimento nº 3.

No dia 8/12, foi concluída audiência pública sobre deslocamentos forçados e mudanças climáticas e ambientais, conforme o requerimento nº 5.

3. Audiência pública sobre situação dos refugiados afegãos em São Paulo – 3 de novembro de 2022

No dia 3/11 foi realizada a audiência pública sobre a situação dos refugiados do Afeganistão em São Paulo e em Guarulhos, em conformidade com o requerimento nº 2. De forma geral, os convidados salientaram a importância da continuidade de emissão dos vistos humanitários para os afegãos, alinhada a uma estratégia de maiores repasses do Governo Federal para que os entes municipais e estaduais possam acolher esses cidadãos de forma célere e digna.

A reunião foi presidida pela Senadora Mara Gabrilli e, nela, participaram os seguintes convidados: Juíza afegã (refugiada no Brasil e cujo nome está sob sigilo como uma medida protetiva); Renata Gil, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Fábio Cavalcante, secretário municipal de Assistência Social de Guarulhos; Bernardo de Almeida Tannuri Laferté,



coordenador-geral do Comitê Nacional para os Refugiados da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Niusarete Margarida de Lima, assessora para Assuntos de Imigração da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério de Estado da Cidadania; Maria Beatriz Nogueira, chefe de escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em São Paulo; Gabriel Saad Travassos do Carmo, secretário-geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União; Marcelo Maróstica Quadro, padre representante da Caritas Arquidiocesana de São Paulo; Célia Leão, secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

De início, a Senadora Mara Gabrilli destacou que em 24 de setembro de 2021 foi editada, pelos Ministérios da Justiça e Segurança e das Relações Exteriores, a Portaria Interministerial que dispôs sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para afegãos. Salientou, contudo, que ainda há muitos obstáculos a serem vencidos pelos refugiados que chegam via Aeroporto Internacional de São Paulo. Nos últimos meses, é possível constatar que há dezenas e até mais de uma centena de afegãos e afegãos que passam dias e noites acampados próximos ao Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do aeroporto de Guarulhos, em busca de acolhimento, regulamentação documental e acesso a serviços públicos.

Nesse diapasão, a parlamentar sublinhou que a situação em Guarulhos merece atenção federal. Segundo ela, é inadmissível que o Governo Federal não tenha criado dotação orçamentária específica e contínua para contribuir e ampliar as ações socioassistenciais, como políticas de acolhimento e inclusão social, já realizadas pelos Estados e municípios que têm acolhido as pessoas do Afeganistão com solidariedade e trabalho duro sem os apoios necessários do governo federal.

A Senadora aproveitou a oportunidade para solicitar à Casa Civil que edite um decreto para permitir o repasse de fundos federais e outras medidas de assistência emergencial para ajudar os estados e os municípios no acolhimento a afegãos em situação de vulnerabilidade decorrente desse fluxo migratório com a crise humanitária. Ressaltou a previsão legal por meio da Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, com base na qual um decreto similar foi editado para atender ao fluxo venezuelano.



Por fim, a presidente da audiência pediu apoio de todos os senadores para as emendas apresentadas nesta comissão ao PLOA de 2023 com vistas a destinar mais verba federal para o acolhimento digno e humanitário dos imigrantes e refugiados que buscam prosperar no Brasil.

A primeira convidada a usar a palavra foi a juíza afegã, cujo nome foi mantido sob sigilo, para fins de proteção internacional da mesma.

Juíza afegã

Em seu depoimento, a convidada destacou a grande dificuldade que o Afeganistão vem enfrentando, principalmente em relação à economia, à educação e à segurança, o que estimulou a saída dos cidadãos do País. Relatou que os refugiados tiveram muitos problemas em países como o Paquistão e o Irã, mas que, no Brasil, houve mais segurança na chegada, sobretudo em função da emissão dos vistos humanitários. Agradeceu e solicitou que o governo brasileiro continuasse a emitir-los.

Acerca dos problemas que vêm ocorrendo em São Paulo e em outras cidades, reconheceu que há a responsabilidade de todos, inclusive a dela, e que é preciso a união entre comunidades, empresas particulares, organizações e sociedade civil, para encontrar uma solução. Argumentou que esse será um problema contínuo, porque o Brasil é um destino desejado por muitos afegãos.

Renata Gil, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB

A convidada discorreu sobre o trabalho realizado pela AMB no acolhimento das magistradas afegãs. A Associação providenciou a chegada de 26 afegãos, entre juízes, juízas e familiares. Isso aconteceu logo após a tomada de Cabul, porque esses magistrados se encontravam em risco iminente em razão de decisões judiciais condenando talibãs.

O trabalho foi principalmente direcionado às mulheres, em função do risco de retrocesso civilizatório, que de fato ocorreu. Atualmente mulheres são impedidas de sair às ruas, de ir às escolas e às universidades. Além do risco de serem apedrejadas por seus atos de acordo com a interpretação do que chamou de “grupo criminoso” que está no poder.



A AMB foi a única associação de juízes no mundo que fez um plano de ação para o caso afegão, o qual tem sido adotado como modelo por outros países. A entidade organizou a chegada dessas afegãs, após o resgate organizado pela Associação Internacional de Mulheres Juízas.

Com a participação do Parlamento brasileiro, por meio da Comissão de Relações Exteriores, e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), foi obtida, em prazo exíguo, a edição de portaria interministerial e, em seguida, a emissão dos vistos. Esses foram digitais porque as juízas estavam escondidas em *bunkers*, em outros países, e não poderiam ser identificadas nem localizadas. Os vistos foram checados e organizados junto à Polícia Federal e à Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Depois, uma grande operação de recepção foi organizada durante dois meses, em parceria com a Casa Civil e o MRE, sob a orientação do Acnur e do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).

A AMB foi orientada sobre questões importantes nessa recepção, como questões psicológicas e de choque cultural, o que considerou fundamental para o êxito da ação, que completou um ano, neste mês de novembro, em evento a ser celebrado em uma grande solenidade no Centro Cultural Banco do Brasil, que foi o maior parceiro da AMB no momento da situação de resgate.

A convidada e sua equipe recepcionaram o grupo no aeroporto de Guarulhos e os direcionaram para uma escola do Ministério da Defesa que foi adaptada para que eles permanecessem por três meses. Em seguida, com auxílio de financiamento privado, todos foram alocados em apartamentos alugados no Plano Piloto, em Brasília. Um tutor está em contato com eles continuamente, para auxiliar com a assistência médica e a obtenção de documentos. Ela sugeriu que essa medida fosse implementada no Posto Avançado, no aeroporto de Guarulhos. Recordou que há cerca de cem pessoas em situação de emergência neste aeroporto, em razão da superlotação dos abrigos. Reconheceu a atuação do governo do Estado de São Paulo que tem investido em abrigos provisórios e que, até o final do mês de dezembro, se comprometeu a disponibilizar aproximadamente cem novas vagas, mas apontou que este número ainda será insuficiente e enfatizou a necessidade de construção de uma política pública.

A palestrante comentou sobre o atendimento às crianças, que estão matriculadas em escolas particulares, com o auxílio de bolsas, e que têm assistência de saúde. Destacou o papel da assistência psicossocial, porque essas pessoas têm cultura diferente, e do aprendizado do idioma, que foi providenciado de forma emergencial junto à Universidade de Brasília (UnB).



Por fim, a convidada enfatizou que os refugiados têm alta qualificação e poderiam trabalhar no Brasil, com a revalidação dos diplomas, o que tem sido difícil obter. Solicitou apoio ao Parlamento para a construção de uma política pública nessa área. Mencionou conversas com o Ministro Carlos França, do Itamaraty, que tem se colocado favorável ao pleito. Entretanto, argumentou que o Brasil precisa de um órgão interinstitucional na área migratória.

Fabio Cavalcante, Secretário Municipal de Assistência Social de Guarulhos

O convidado explicou que o Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante é um equipamento da Prefeitura de Guarulhos, cuja função principal é atender a deportados inadmitidos e fazer o combate ao tráfico de pessoas. Explanou que, desde janeiro de 2022, o aumento da demanda dos refugiados afegãos vem ocorrendo devido à contenção de risco humanitário por parte do governo federal, por isso iniciou-se uma articulação para encaminhar essas pessoas para acolhimentos na capital e em outros municípios do Estado de São Paulo.

Informou que foi feita uma articulação com o Acnur e com a Caritas e, em tempo recorde, foi aberto uma casa acolhimento no município de Guarulhos para esse encaminhamento. Entretanto, as vagas disponibilizadas foram insuficientes, ocasionando o acúmulo de refugiados no aeroporto. O palestrante também destacou que o governo do Estado de São Paulo tem sido um grande parceiro, dividindo responsabilidades, a exemplo do gerenciamento de vagas de acolhimento.

Segundo Cavalcante, em outubro de 2022, foi realizado um cofinanciamento com o governo federal, e há tratativas para abrir um novo local de acolhimento na cidade de Guarulhos. Atualmente, são dois acolhimentos, um totalmente emergencial, adaptado para pessoas deficientes, e outro feito em parceria com a Caritas. Relatou que, até a data da audiência, 1.387 pessoas foram atendidas e encaminhadas para acolhimentos, no entanto, mais de 100 pessoas ainda permanecem no aeroporto, por falta de vagas nos locais de acolhimento no Estado de São Paulo.

Por fim, fez um apelo para que o governo federal se responsabilize por encaminhar essas pessoas também para outros estados, uma vez que a questão humanitária é demanda federal e tem sobrecarregado o município de Guarulhos, o Estado de São Paulo e o próprio Posto no aeroporto internacional, que devido



à carga excessiva não tem conseguido atuar no combate ao tráfico de pessoas, a sua responsabilidade precípua.

Bernardo de Almeida Tannuri Laferté, coordenador-geral do Comitê Nacional para os Refugiados da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública

O palestrante iniciou sua exposição abordando a questão da revalidação de diplomas. Reconheceu que essa é uma pauta que, além dos imigrantes e refugiados – como os próprios afegãos –, afeta muitos brasileiros que se formaram no exterior e encontram dificuldade ou resistência para a revalidação. Para ele, o País perde a oportunidade de manter pessoas qualificadas trabalhando em suas áreas de capacitação.

Lamentou a suspensão, em 2019, do que havia considerado um grande avanço em 2018: a instituição de uma comissão no Ministério da Educação (MEC) sobre a revalidação do diploma. Argumentou que diante da falta de avanços no MEC, essa matéria deveria ser avaliada pelo Poder Legislativo a fim de buscar uma solução para a questão. Nesse contexto, informou que, em agosto de 2020, o PL 2.482/2020 foi aprovado no Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados. Nessa Casa, ele foi despachado para exame por quatro Comissões, que ainda não emitiram parecer. Defendeu a necessidade de aprovação desse projeto, que tem o potencial de facilitar a integração de refugiados e imigrantes na sociedade, além de favorecer a reinserção de brasileiros graduados no exterior. Ademais, esses profissionais podem contribuir com a qualificação técnica do País, gerando emprego e renda.

Acerca da portaria interministerial que regulamentou o visto e a autorização de residência humanitários para os afegãos, defendeu a manutenção e o aprimoramento dessa política. Argumentou que, tendo em vista a exitosa Operação Acolhida, que recepcionou venezuelanos em Roraima e em Manaus, o Brasil tem capacidade de se planejar para integrar os afegãos na sociedade, distribuindo-os pelo território brasileiro. Para tanto, defendeu a edição de decreto que reconheça o fluxo migratório afegão como decorrência de uma crise humanitária, pois isso favorece ferramentas administrativas que facilitariam a atuação do governo federal.

Por último, abordou a instituição de um possível programa de reassentamento, com o objetivo de coordenar, antecipadamente à chegada dos afegãos, a distribuição dessas pessoas pelo território brasileiro.



SF/22096.29972-05

Página: 9/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eafc9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

Niusarete Margarida de Lima, assessora para Assuntos de Imigração da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania

A expositora explicou que, em função do pacto federativo, o governo federal não pode impor aos entes federados a distribuição de pessoas sem a concordância local. Informou, entretanto, que até o momento foram interiorizados mais de 84 mil imigrantes, por meio de pactos com os entes federados, de reunificação familiar e social e de vagas de emprego. Ressaltou que esse é um grande desafio, que demanda sensibilização de todos os entes federados para que contribuam com o deslocamento voluntário dessas pessoas. Acrescentou ainda que o Ministério da Cidadania tem atuado continuamente na questão da migração, entretanto, há circunstâncias que fogem à governabilidade.

Para o enfrentamento da questão migratória, defendeu a atuação coordenada de políticas públicas e de Ministérios, como os da Saúde, da Educação, do Trabalho, do Turismo e do Esporte, para que, além da assistência social, ocorra a integração dessas pessoas na sociedade. Ela argumentou que os serviços das redes de assistência social, como os prestados às pessoas em situação de rua, normalmente não atendem às especificidades dos imigrantes. Eles têm outro perfil e demandam atendimento e acolhimento específicos. Ademais, o público atendido pela assistência social é muito grande e todos devem ser atendidos em condições de igualdade.

A convidada reforçou a necessidade de legislação federal que reconheça as crises migratória e humanitária no Afeganistão, para que haja repasses de recursos, como ocorre no caso dos venezuelanos na Operação Acolhida. Explanou que o cofinanciamento federal é concedido, por meio de portaria, para serviços de emergência e calamidade pública, como os desastres naturais, mas que não se aplicam no caso em questão. Acrescentou que, para apoiar os municípios, o Ministério tem atuado em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, o Acnur e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), e solicitou auxílio dos parlamentares para sensibilizar os respectivos entes federados, a fim de favorecerem maior acolhimento emergencial.

Maria Beatriz Nogueira, chefe de escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em São Paulo



SF/22096.29972-05

Página: 10/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eafc9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

A expositora informou que a Agência das Nações Unidas, com mandato de proteção e solução para pessoas refugiadas, atua em 132 países, e, no Brasil, desde 1984. No País, há ações especialmente em São Paulo, Brasília e Roraima, neste último atuando no âmbito da Operação Acolhida, em parceria com o governo federal. Ela demonstrou dados mundiais atualizados que indicam um recorde de 103 milhões de pessoas em situação de deslocamento forçado: 53 milhões deslocadas internamente nos países e 32,5 milhões de refugiados. O Afeganistão é o quarto país de maior deslocamento involuntário no mundo, atrás da Ucrânia, da Síria, e da Venezuela. São 3,5 milhões de pessoas deslocadas dentro do Afeganistão e 2,6 milhões de refugiados afegãos, principalmente nos países vizinhos – Irã e Paquistão.

O movimento afegão é considerado continuado, pois iniciou em 1979, com a invasão soviética ao País, que durou dez anos. Entre 1994 e 1996, houve um recrudescimento do conflito com a chegada dos talibãs e a tomada de Cabul. No início dos anos 2000, a convidada recordou que houve outro aumento em função do ataque de 11 de setembro e da guerra global contra o terror. Nesse contexto, enfatizou o compartilhamento de responsabilidades globais para ajudar nesse problema de grande magnitude. O Paquistão já recebeu 1,3 milhão de afegãos, sendo que 117 mil chegaram desde janeiro de 2021; enquanto o Irã recebeu 750 mil pessoas, das quais 50 mil em 2021. Nesses países, houve momentos em que chegavam 4 a 5 mil pessoas por dia.

Para o Acnur, o Brasil tem dado uma contribuição importante, como um dos únicos países do mundo que tem a política de vistos humanitários. Isso proporciona uma rota segura e regular para a saída de pessoas que estejam se avolumando em países vizinhos. De acordo com os dados apresentados, de quase 6,3 mil vistos autorizados pelo Itamaraty, cerca de 3 mil estão incluídos nessa categoria. Em 2019, no Fórum Global sobre Refugiados, o governo brasileiro assumiu o compromisso de manter e expandir para outros países a política de vistos humanitários, iniciada com os refugiados da Síria.

Em seguida, a convidada mostrou dados sobre o atendimento do Acnur em parceria com entidades como a Caritas Arquidiocesana de São Paulo e a SOS Aldeias Infantis. Informou que, até a data da audiência, das quase 3 mil pessoas que chegaram do Afeganistão, 919 foram atendidas pelo Acnur e por outros parceiros. Embora haja, nesse grupo, muitos homens jovens solteiros, em geral são famílias, com um número significativo de crianças pequenas, mulheres e idosos. Esses perfis são desafiadores para a rede de assistência, tanto da



sociedade civil como da rede pública. Das 919 pessoas, 50% têm nível superior e 6% pós-graduação. Logo, elas têm grande possibilidade de contribuir com o País, sendo urgente o debate sobre a revalidação de diplomas e certificados.

Em agosto e setembro de 2022, conforme a palestrante, foram 225 atendimentos aos refugiados afegãos por diversas organizações do Brasil, principalmente nas áreas de geração de emprego e renda, assistência jurídica, educação, emissão de documentos e apoio com itens de necessidade básica. Informou ainda que o Acnur tem apoiado com o acolhimento de emergência. Em parceria com a Caritas São Paulo e a Caritas Guarulhos, foram abertas 27 vagas na “Casa de Acolhida Todos Irmãos”, na cidade de Guarulhos, onde já estiveram cerca de 100 pessoas desde agosto. E, em parceria com a Aldeias Infantis SOS, foram abertas 40 vagas para famílias no Centro de Acolhida e Integração no município de Poá. Dessa forma, em caráter emergencial, o Acnur apoiou com essas 70 vagas e pretende contribuir ainda mais.

Ela também destacou o papel do Acnur na integração, por meio de mediação cultural, inserção laboral e empregabilidade. Foram capacitados mais de 40 agentes comunitários e contratados nove mediadores para atuar no posto avançado. Foram disponibilizadas aulas de português e apoio para a inclusão econômica dos refugiados. Dados públicos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) demonstram a contratação dessas pessoas no Brasil. São quase 500 afegãos, de diferentes gêneros e idades, inseridos no mercado de trabalho, em diferentes estados brasileiros. Conforme a convidada, embora haja dificuldades linguísticas, esses dados confirmam que há perspectiva de integração dessas pessoas no País, mesmo que a qualificação não seja equivalente à formação inicial.

O apoio com informação de qualidade também foi destacado pela debatedora. Por meio do site help.unhcr.org/brazil, o Acnur apresenta informações confiáveis e checadas com informações pré-saída em Pashto e Dari (línguas faladas no Afeganistão). Segundo ela, foram mais de 60 mil acessos a essas informações, a partir do Afeganistão, do Irã e do Paquistão.

Por fim, expôs conclusões e soluções em relação à questão debatida. Sobre a política de visto humanitário, afirmou que é importante que se mantenha e que seja fortalecida por uma coordenação em rede, a fim de aliviar a pressão nos estados de chegada. Destacou a relevância dos mediadores culturais, para que mais informação culturalmente adaptada esteja disponível desde a emissão do visto até a recepção nos acolhimentos. Para tanto, enfatizou a necessidade de



SF/22096.29972-05

Página: 12/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eaf9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

fortalecimento do Posto Humanizado e da coordenação imediata na chegada, com o registro das pessoas, o encaminhamento para vagas, o compartilhamento de informações e experiências, a inserção linguística mais ágil e a sensibilização do setor privado para a oferta de oportunidades e de geração de renda.

Gabriel Saad Travassos do Carmo, secretário-geral de Articulação Institucional da DPU - Defensoria Pública da União

O convidado iniciou sua exposição recordando que durante a pandemia da Covid-19 os refugiados foram devolvidos para os seus Estados de origem. A Defensoria Pública da União ajuizou várias ações civis públicas a fim de obter um regime de acolhimento, com adoção de medidas sanitárias recomendadas pela OMS e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Entretanto, as liminares obtidas foram revogadas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Segundo ele, essa situação ilustra a necessidade de construção de uma política pública pelo Poder Legislativo, junto ao Poder Executivo, compatível com os tratados internacionais de direitos humanos.

Acerca do deslocamento dos afegãos, ele informou que a Defensoria Pública da União tem acompanhado a temática tanto pelo Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio quanto pela defensoria regional de direitos humanos de São Paulo. E destacou dois problemas de especial gravidade.

O primeiro diz respeito à entrada dos afegãos no País. Ele recordou que o Estado brasileiro tem um compromisso internacional e constitucional com o acolhimento e a recepção de solicitantes de refúgio, ou seja, não há discricionariedade administrativa ampla que possa pôr em risco a vida e a integridade pessoal do solicitante de refúgio. Dessa forma, não se pode admitir, por exemplo, uma política de rechaço ou de devolução dessas pessoas. Entretanto, alertou que, conforme informação oficial do Ministério das Relações Exteriores, houve a suspensão de entrevistas para pedidos de visto humanitário em Islamabad e Teerã, por alegada insuficiência estrutural decorrente da demora dos trabalhos e da falta de funcionários nos respectivos postos consulares. Acrescentou que cotidianamente recebem e-mails de afegãos informando que não estão conseguindo fazer o agendamento para obtenção do visto.

O segundo ponto diz respeito à acolhida humanitária no aeroporto de Guarulhos e na rede socioassistencial da cidade. Conforme o convidado, a Prefeitura de São Paulo informou que, no dia 26 de outubro de 2022, embora houvesse 96 pessoas acolhidas no abrigo, restavam ainda cerca de 200 vagas.



Ele comunicou que, em missão específica, a Defensoria Pública da União, no dia 8 de novembro, juntamente com parceiros da sociedade civil e com a Polícia Federal, faria uma nova visita técnica no aeroporto de Guarulhos. Três outras já foram realizadas, e a célere regularização no fluxo do atendimento vem sendo cobrada dos responsáveis. Acrescentou que foi solicitado à Polícia Federal o nome das pessoas retidas no aeroporto de Guarulhos, assim como os motivos da retenção. Recordou que não há possibilidade de prisão para fins migratórios no direito brasileiro, ou seja, o solicitante do recurso tem direito subjetivo ao acolhimento.

Em sua conclusão, citou a experiência de Pacaraima, em Roraima, que pode ser utilizada como referência para o cofinanciamento federal e o fortalecimento da rede socioassistencial, pois o acolhimento dessas pessoas é uma obrigação tripartite, ou seja, envolve União, Estados e Municípios.

Marcelo Maróstica Quadro, padre representante da Caritas Arquidiocesana de São Paulo

O convidado informou que a Caritas foi a primeira organização no Brasil a acolher os afegãos. Atualmente, 626 afegãos foram ou estão sendo atendidos pela organização em programas de assistência social, abrigamento, proteção legal, integração local e saúde mental. Sobre essa experiência, destacou a importância do visto humanitário, que reflete a boa prática de acolhida humanitária do Brasil.

Recordou que o Brasil atuou em outras crises de imigração, como as do Haiti, da Síria, e da Venezuela. Essas experiências apontam o desafio de melhorar a política pública de abrigamento no País e de tipificar abrigos para migrantes, pois cada movimento migratório tem uma especificidade. O atual é marcado por núcleos familiares e grande número de crianças e adolescentes: 42,5% da população afegã tem menos de 14 anos de idade. Entretanto, o sistema de abrigamento no País sempre foi voltado para o modelo clássico de migração, ou seja, para homens solteiros.

Embora a Caritas testemunhe os esforços e os recursos financeiros que vêm sendo disponibilizados para essa situação no País, o expositor externou preocupação com a situação das pessoas que estão acampadas no aeroporto de Guarulhos. Para ele, isso revela a falta de uma coordenação central para a política migratória no Brasil. Sugeriu que, além dos repasses federais, é preciso aplicar uma política pública nos municípios, que seja fortalecida por uma coordenação



nacional. Para tanto, é necessário também fortalecer os comitês ou conselhos municipais e os comitês estaduais de migração e refúgio.

Comentou que a ausência de uma autoridade no aeroporto estimula a aproximação de voluntários para ajudar os afegãos; no entanto, o acolhimento não institucional pode trazer problemas como o trabalho análogo à escravidão, a rede de tráfico humano e o tráfico de órgãos. Além disso, mesmo as pessoas que querem ajudar não têm orientação técnica. Diante desses argumentos, o palestrante reforçou a necessidade de um órgão que coordene, subsidie e fortaleça as ações municipais.

Célia Leão, secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo

Em princípio, a convidada recordou que o governo do Estado de São Paulo historicamente trabalha para o acolhimento de imigrantes. E acrescentou que, na atual gestão, desde 2019, a Secretaria de Desenvolvimento Social acolheu 816 imigrantes de diferentes nacionalidades.

Informou que a rede de assistência do Estado de São Paulo atua na urgência do acolhimento aos refugiados, que, ao desembarcarem, são encaminhados para estruturas mantidas pelo governo para a prestação de serviços básicos. Ademais, o governo de São Paulo tem intensificado articulações com entes municipais e instituições internacionais, como o Acnur e a Caritas, para oferecer o melhor acolhimento aos afegãos. O objetivo é promover moradia temporária, acesso à vacinação, auxílio na obtenção de documentação e colocação profissional, entre outras possibilidades.

A palestrante mencionou como exemplo a “Casa de Passagem Terra Nova”, localizada no bairro da Mooca – cidade de São Paulo –, além de mais seis repúblicas, sob os cuidados da Caritas. Toda essa rede de acolhimento social do governo do Estado, segundo ela, está trabalhando atualmente com capacidade máxima. Explicou que o tempo de permanência das pessoas é indefinido, porque elas saem apenas quando apresentam condições financeira e social para seguir com alguma autonomia. Desde 2019, 775 imigrantes se desligaram desses equipamentos sociais do Estado. A maioria dessas pessoas estabeleceu moradia autônoma no interior de São Paulo, em outros estados ou mesmo fora do País.

Diante da intensificação da chegada de afegãos em São Paulo, a partir de agosto de 2022, o governo do Estado montou uma força-tarefa emergencial para promover o acolhimento de 120 refugiados acampados no aeroporto. Conforme



SF/22096.29972-05

Página: 15/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eaf9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

a secretária, a Casa de Passagem mencionada recebeu 132 afegãos desde janeiro até 31 de outubro deste ano. Comentou inclusive sobre 30 refugiados recém-chegados no dia anterior a esta audiência.

Ela informou que o governo do Estado de São Paulo, em função dessa emergência, disponibilizou R\$ 2,8 milhões para a pasta de desenvolvimento social criar uma nova casa de acolhimento, que será entregue em dezembro. Em sua análise, a prioridade para o atendimento público deve ser marcada pelo direcionamento de recursos.

4. Audiência pública sobre o futuro e as perspectivas da Operação Acolhida em Roraima – 23 de novembro de 2022

No dia 23/11, foi realizada audiência pública sobre o futuro e as perspectivas da Operação Acolhida em Roraima, em atendimento ao requerimento nº 3. De forma geral, os palestrantes saudaram os avanços da estratégia nacional e defenderam o fortalecimento e a continuidade da Operação Acolhida no próximo mandato presidencial, no ciclo de 2023-2027.

A reunião foi copresidida pelo Deputado Túlio Gadêlha e pelo Senador Paulo Paim. Nela, participaram: Joel Bautista Bastardo Brito, refugiado venezuelano residente no Brasil; Carlos Jarochinski, professor da Universidade Federal de Roraima; Socorro Tabosa, assessora especial para o chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações (OIM); Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede, diplomata do Ministério de Relações Exteriores; Alexandre Formisano, chefe da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha; Silvia Sander, oficial de proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur); Padre Agnaldo Pereira de Oliveira Junior, diretor nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados do Brasil; Alzira Melo Costa, procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho no Amazonas e em Roraima; Paulo Henrique de Moraes, diretor executivo da Cáritas Arquidiocesana de Brasília; e Marcelo Lemos, analista de Relações Institucionais e Sustentabilidade do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados do Brasil.

Joel Bautista Bastardo Brito, refugiado venezuelano residente no Brasil



SF/22096.29972-05

Página: 16/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eafc9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

O convidado abriu a audiência participando na qualidade de refugiado venezuelano interiorizado pela Operação Acolhida. Informou que reside no Brasil há cinco anos, juntamente com sua esposa, quatro filhos e dois netos, alguns apresentados na audiência. Relatou que entrou no País pela fronteira da cidade de Pacaraima, morou na rua e posteriormente trabalhou na construção do abrigo Rondon 2, em Pacaraima, e do abrigo São Vicente, em Boa Vista. Na ocasião conheceu o empresário brasileiro Sr. João Batista e o engenheiro Wanderson Tavares. O empresário ofereceu emprego em Brasília para o participante e seu filho, possibilitando a reunião da família na região. Disse que todos trabalham e estudam.

Ele agradeceu o apoio dado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização Internacional para as Migrações no Brasil (OIM), exaltando a importância do trabalho realizado pelos direitos da população migrante. Ao ser questionado sobre a importância da Operação Acolhida e de todos os atores envolvidos com sua estada no Brasil, ele informou que todo o atendimento foi realizado de maneira rápida, desde a documentação até a disponibilidade da alimentação. Também ressaltou o bom trabalho realizado pela equipe de imigração da Embaixada da Venezuela, na pessoa da diretora Rosita.

Respondendo a questionamentos, elogiou a atuação da ONU e do Exército brasileiro, considerando de qualidade o atendimento prestado de acolhimento da população venezuelana, desejando, ainda que a situação política mude para que ele possa voltar ao seu país de origem.

Carlos Jarochinski, professor da Universidade Federal de Roraima

O professor iniciou sua exposição destacando os ganhos alcançados com a Operação Acolhida. Falou sobre a interiorização de mais de 87 mil pessoas, o grande número de atendimentos na parte de documentação, um número significativo de abrigados, além de uma série de ações que foram realizadas ao longo do tempo.

Segundo ele, na Operação Acolhida, os principais resultados foram no atendimento emergencial, mas é necessário pensar em uma dinâmica que vá além disso. Relatou que esteve em Roraima entre os anos 2015 e 2017 e observou que o primeiro grande ganho obtido foi a diminuição significativa da população de rua por meio da estratégia de abrigamento. Explicou que existem diversos tipos de vulnerabilidade, ressaltando a chamada "vulnerabilidade cruzada", que abarca a mobilidade forçada, gênero e condição de família. Informou que



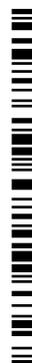
atualmente chega uma quantidade maior de crianças e idosos ao Brasil. Para que haja melhora da Operação, o professor acredita que ela deve evoluir para uma perspectiva de integração dessas pessoas.

Aos seus olhos, o primeiro ponto de atenção é que a Operação Acolhida deve ampliar os atendimentos. Relatou que a lógica de documentação é realizada de maneira satisfatória, sendo que o Brasil praticamente documenta todos esses migrantes venezuelanos que ingressam na estrutura de Pacaraima, em Boa Vista e em Manaus. Há também um número bastante expressivo de pessoas interiorizadas, em especial na modalidade reunião social, para que não haja a transferência de vulnerabilidade e de problemas sociais de Roraima para outros locais.

Na opinião do convidado, a interiorização é uma das iniciativas mais bem-sucedidas, em decorrência do compartilhamento de responsabilidade entre os diferentes entes federados, além de possibilitar o crescimento de políticas estaduais, municipais e migratórias. Ainda é preciso melhorias nas políticas, como ampliação em alguns tipos de atendimento, principalmente os focados em vulnerabilidades específicas tendo em vista a dificuldade das famílias monoparentais e idosos em participarem do processo de integração.

Explicou que a Operação Acolhida atende a três públicos: migração pendular de pessoas que estão próximas à fronteira e são beneficiadas por ações; pessoas que desejam permanecer no Brasil, atualmente cerca de 400 mil venezuelanos; e público de trânsito. O participante defendeu uma dinâmica mais integrada em relação ao local de ingresso dessas pessoas, que tem sido basicamente Pacaraima, e ao local de saída, muitas vezes Guarulhos e Foz do Iguaçu. Explicou que, quando ingressam no Brasil, elas têm demandas específicas, muitas chegam à vulnerabilidade, mesmo que pretendam se dirigir para outros espaços.

Outra melhoria sugerida pelo convidado diz respeito à parte estrutural da própria Operação Acolhida. Há queixas de falhas na internet em Pacaraima, que atrapalham o processo de documentação dos abrigados. Há necessidade de melhoria da BR-174, que faz a ligação de Pacaraima a Boa Vista, principal corredor humanitário de atendimento do Brasil, além de ser importante eixo exportador para a Venezuela, mercado consumidor dos produtos de Roraima e do Amazonas. Denunciou que hoje a estrada federal se encontra em condições muito precárias, com vários trechos sem asfalto.



SF/22096.29972-05

Página: 18/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eafc9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

Por fim, discorreu sobre a possibilidade de substituição da presença das Forças Armadas, informando que a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) está produzindo um estudo sobre o tema, além de produtos que vêm sendo desenvolvidos pela OIM, pelo Acnur e por outras entidades em relação a essa resposta. Ressaltou dificuldade de fixação de quadros junto à fronteira, principalmente de servidores federais, mas sugeriu como alternativa a municipalização, numa dinâmica para municípios fronteiriços. Para ele, é necessário que a Operação Acolhida se transforme num paradigma da resposta brasileira, para que não seja sempre um processo reativo que tem marcado os fluxos mais numerosos no Brasil.

Na fase de questionamentos, ressaltou que na dinâmica de continuidade da Operação Acolhida é preciso que se realize ajustes em relação a algumas das dinâmicas apontadas pelos convidados, como, por exemplo, a necessidade urgente de melhorias na infraestrutura, para possibilitar melhor atendimento em Pacaraima e em Boa Vista; além da melhoria das estradas federais e da vinculação da malha aérea de Roraima com o restante do território.

Também defendeu que a integração vá além da interiorização, devendo ser inserida a dinâmica defendida pela Conferência das Partes (COP), na temática da economia verde, buscando inserir os migrantes no desenvolvimento econômico na Região Norte, respeitando a preservação ambiental.

No que diz respeito ao alinhamento da população, reafirmou sua preocupação com a interiorização na modalidade de reunião social. Acredita ser importante desenvolver uma integração melhor entre os segmentos, o que pode ser um dos grandes avanços em políticas municipais e políticas estaduais para os migrantes. Disse que a situação atual ainda está em contexto de emergência, com chegada de 500 pessoas por dia em condição de vulnerabilidade.

Socorro Tabosa, assessora especial para o chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações (OIM)

A assessora especial informou que representa o Sr. Stéphane Rostiaux, chefe de missão da Organização Internacional para as Migrações no Brasil, agência da ONU para tratar dessa questão. Informou que a OIM trabalha em estreita cooperação com governos, sociedade civil e outras agências internacionais, para que a migração ocorra de maneira segura, ordenada e digna, de forma a beneficiar os migrantes e as comunidades de acolhida.



A OIM foi criada em 1951 e hoje conta com 174 Estados-membros e oito Estados observadores. O Brasil é Estado-membro desde 2004, e, a partir de 2015, após ser promulgado o acordo de sede entre o Brasil e a OIM, foi inaugurado o escritório da OIM em Brasília. Atualmente, a OIM está presente em treze cidades no Brasil, com mais de duzentos colaboradores atuando para contribuir na garantia dos direitos dos migrantes. A OIM mantém hoje ações em cinco grandes eixos: governança migratória; proteção e assistência a migrantes; saúde e qualidade de vida das comunidades atendidas; migração e desenvolvimento; e operações e emergências como a Operação Acolhida.

No que diz respeito à Operação Acolhida, a convidada entende que é uma resposta de caráter humanitário, portanto, trata-se de uma ação de Estado e não de governo, que foi implementada em 2018 pelo governo federal e que conta com a parceria de mais de cem organizações entre agências da ONU e organizações da sociedade civil.

O participante relatou que a OIM atua nos três eixos da Operação Acolhida: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização. Elogiou o trabalho realizado pelo governo federal, que estruturou em 2018 a resposta humanitária no Brasil, estabelecendo um marco de governança forte, baseado em normativas legais e infralegais. Falou sobre a Lei nº 13.684, de 2018, que garantiu a estrutura básica de uma resposta humanitária a essas crises de grandes fluxos de imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade e sobre os decretos governamentais que estabelecem e dispõem um comitê federal, com 13 ministérios, coordenado pela Casa Civil, que tem uma força muito grande de convocação e de colocar na agenda pública a prioridade que define essas diretrizes e ações no âmbito da assistência emergencial aos refugiados e imigrantes venezuelanos, e definiu uma coordenação operacional nos Estados de Roraima e Amazonas, a quem compete executar ações e projetos estabelecidos pelo Comitê Federal.

Informou que, com transparência e de forma coordenada com as Nações Unidas e a sociedade civil, foram identificadas necessidades e planejadas ações para os três grandes eixos da Operação Acolhida, como, por exemplo, gestão da fronteira, documentação, abrigo, alimentação, transporte humanitário, integração, *Wash*, que é o acesso à água, a esgoto, a limpezas, dentre outras áreas. Isso permite atender, de forma organizada e regular, todas as pessoas venezuelanas que chegaram naquela época e ainda chegam massivamente ao Brasil.



Relatou, ainda, que desde 2017, mais de 800 mil venezuelanos passaram pelo posto de interiorização e triagem de Pacaraima. Desses, 400 mil decidiram ficar. Estudo realizado em 2022 pela Plataforma R4V identificou que 94% dos venezuelanos que foram entrevistados nessa pesquisa pretendem permanecer no País, além de ter apontado a entrada de pessoas em situação de maior vulnerabilidade do que em anos anteriores. Atualmente, a entrada mensal é de cerca de 14 mil venezuelanos, sem sinal de diminuição.

A participante entende que a interiorização consiste no deslocamento voluntário, seguro e ordenado dos refugiados venezuelanos, em situação de vulnerabilidade, para outras cidades do Brasil. Tem como objetivo permitir que as pessoas beneficiadas tenham melhores opções de inserção no mercado de trabalho, acesso a serviços públicos e inclusão em redes de acolhimento nos estados e municípios de destino, ampliando, assim, suas possibilidades de integração social, econômica e cultural. De acordo com o informe de outubro de 2022 do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização dos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade, mais de 87 mil venezuelanos foram interiorizados em mais de 890 municípios brasileiros. A assessora especial acredita que a manutenção dessa estratégia permite a redução da pressão sobre serviços públicos atualmente existentes em Roraima, e traz oportunidades para os gestores locais, como a movimentação da economia local e a ampliação da diversidade cultural. Entretanto, a capacidade dos governos locais de atender às peculiaridades e vulnerabilidades da população refugiada imigrante é um desafio importante. Nesse sentido, apesar de a resposta emergencial ser referência de boa prática na região, ela deve ser complementada com objetivos de desenvolvimento, que priorizem a integração social e econômica dos refugiados imigrantes venezuelanos e reforcem o apoio aos gestores e às redes de política pública local.

Concluindo sua exposição, a convidada ressaltou o importante papel do governo federal e dos governos locais na gestão da migração. Também destacou o apoio da OIM à Operação Acolhida desde o início das ações e a participação dessa Organização no desenvolvimento de políticas locais para a boa governança migratória por meio da plataforma MigraCidades, projeto que coordena.

Respondendo a perguntas, a convidada destacou três questões básicas: consolidação da Operação Acolhida; aperfeiçoamento da interiorização, com foco na construção da integração social, econômica e cultural dos refugiados e migrantes; e, apoio aos municípios por meio do fortalecimento das políticas



públicas locais. A OIM atua em 13 estados brasileiros, sendo que alguns escritórios cobrem mais de um dos estados, atuando em todo o território brasileiro, fortalecendo essa rede local, capacitando os gestores e técnicos locais, garantindo que as políticas públicas possam ser estruturadas no entorno de visibilizar as principais vulnerabilidades e peculiaridades que um refugiado e migrante traz para dentro daquele serviço.

Questionada sobre o acompanhamento da população após a interiorização, explicou que há uma rede bem integrada de parceiros da Operação Acolhida, que apoia a construção da articulação das políticas públicas locais, e que conta com organismos internacionais, organizações da sociedade civil, organizações religiosas, agências da ONU, com destaque para a Plataforma R4V. O trabalho é articulado com os ministérios, principalmente com o Ministério da Cidadania, que coordena o Subcomitê para Acolhimento e Interiorização. Esclareceu que os municípios estão criando colegiados, comitês, conselhos, para garantir políticas integradas. Foi instituído o Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes para trabalhar políticas públicas em nível estadual. Hoje, a OIM e o Acnur apoiam esse fórum, e as iniciativas que visam ao fortalecimento da construção de governança para o atendimento a essa população.

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede, terceira-secretária do Ministério de Relações Exteriores

A participante disse que é representante suplente do Itamaraty nos subcomitês da Operação Acolhida, de recepção e de interiorização, desde o início do ano.

Informou que o fluxo de venezuelanos é a maior crise de deslocamento forçado da história do Brasil. O Acnur e a OIM estimam que mais de 7 milhões de venezuelanos deixaram seu País, e cerca de 6 milhões permanecem nos países da América Latina e Caribe. O Brasil, que recebeu cerca de 400 mil venezuelanos, é comparativamente um dos países menos afetados por esse fenômeno, considerando o tamanho do seu território e de sua população. A Colômbia, com população de 50 milhões de pessoas, recebeu mais de 2,5 milhões de venezuelanos; o Peru, com população de 33 milhões, recebeu 1,5 milhão; o Equador, com população de 17 milhões, mais de 500 mil; e o Chile, com população de 19 milhões, mais de 450 mil.



Destacou que a Operação Acolhida é reconhecida como um exemplo internacional. Os venezuelanos entram de forma legal no Brasil, não necessitam de visto e podem optar por refúgio ou residência permanente. Caso solicitem refúgio, compete ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, apreciar o pedido. Atualmente existem mais de 51 mil venezuelanos reconhecidos pelo Brasil, maior número das Américas.

Esclareceu que a Operação Acolhida é uma força-tarefa multissetorial sob coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que exerce a presidência do Comitê Federal de Assistência Emergencial e reúne agências governamentais, Forças Armadas, ministérios, entes estaduais, municipais, entidades da sociedade civil e organismos internacionais. Tem como principal objetivo promover autonomia dos migrantes e refugiados com uma solução duradoura, possibilitando autonomia para plena integração e contribuição para a sociedade brasileira. Eles têm amplo acesso à documentação e a todos os serviços sociais, ao mercado de trabalho formal, sem nenhuma discriminação com os nacionais. Essas são diretrizes dispostas na Lei de Migração, nº 13.445, de 2017, e na Lei de Refúgio, nº 9.474, de 1997.

A participante explicou que a Operação tem três eixos principais de atuação: ordenamento da fronteira, acolhimento e interiorização. No ordenamento da fronteira, o principal objetivo é a regularização. A principal porta de acesso é pela fronteira terrestre de Pacaraima, o que facilita a recepção para conceder a documentação em centros de recepção e triagem, que asseguram recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem.

No eixo de acolhimento, há aproximadamente 7 mil venezuelanos abrigados nas estruturas da Operação Acolhida. Os abrigos são separados entre indígenas e não indígenas; famílias são abrigadas juntas, em abrigos separados; pessoas que têm alguma necessidade especial relacionada à saúde, por exemplo, ficam próximas ao núcleo de assistência à saúde da operação. Há atendimento médico, serviço de fisioterapia, psicologia, nutrição, odontologia, assistência social. Em Boa Vista, há o posto de recepção e apoio, próximo à rodoviária de Boa Vista, que acolhe migrantes e refugiados que moram nas ruas. Há também o posto de recepção e apoio e o posto de triagem e recepção em Manaus.

Finalmente, o eixo da interiorização consiste na realocação voluntária dos migrantes e refugiados para outros estados, beneficiou mais de 87 mil



venezuelanos, reassentados em 896 municípios. É considerada pelo participante como a estratégia mais bem-sucedida do governo brasileiro e elogiada em reuniões internacionais. Relatou pesquisa recente que mostra que a maioria das pessoas que foram interiorizadas continuam nos municípios em que foram realocadas. Há quatro modalidades de interiorização: a reunião social, que é a parte de algum laço social em que a pessoa pode solicitar a interiorização; a reunificação familiar; o abrigo-abrigo, institucional, na qual as pessoas saem dos abrigos em Boa Vista e vão para outro abrigo em outras cidades; e vaga de emprego sinalizada (VES), com obtenção de emprego no município de destino.

A convidada explicou que o Itamaraty é um dos três ministérios que compõem o Comitê Federal de Assistência Emergencial. A Divisão de Assuntos Humanitários é representada nos subcomitês de recepção, identificação, triagem e acolhimento e interiorização. A principal atuação do Itamaraty é na interlocução entre os atores nacionais e internacionais, na coordenação de posições entre os países da região, na divulgação dos esforços brasileiros nos fóruns multilaterais e regionais e no fomento ao intercâmbio de boas práticas. Citou como exemplo o Processo de Quito, iniciativa regional criada em 2018 que visa a promover a troca de informações, coordenação e melhores práticas na resposta ao fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos. Em julho de 2021, foi realizada a oitava edição do Processo de Quito, uma reunião plenária em Brasília, que contou com 135 participantes, entre governos, instituições internacionais, organizações da sociedade civil. Foi promovida uma visita à Operação Acolhida, que permitiu uma visão integral dos processos de regularização e articulação da Operação, possibilitando um intercâmbio mais técnico de práticas, mecanismos, processos e procedimentos adotados.

Com relação aos desafios, a participante defendeu que a Operação precisa do aporte de novos recursos, diante das crescentes demandas humanitárias. Também falou sobre o momento de transição da Operação, que vinha de uma resposta emergencial, mas demanda atualmente desenvolvimento de estratégias de médio e longo prazo que assegurem a plena integração dessa população no País, citando como exemplo a realização de cursos de português e promoção de integração local dessas pessoas.

Finalizando sua exposição, a convidada reiterou o compromisso do Itamaraty de continuar atuando para divulgar a Operação Acolhida em fóruns internacionais e promover a captação desses recursos junto a atores externos.



Na fase de questionamentos, a Sra. Anna Paula defendeu o aperfeiçoamento da Operação e afirmou que não foi discutida, de nenhuma forma, nem no âmbito da Operação, nem no Ministério das Relações Exteriores, qualquer possibilidade de descontinuidade dessa ação. Sobre a continuidade, entende ser o momento de avaliar o que deu certo e quais mecanismos têm que ser aperfeiçoados.

No que diz respeito aos benefícios que a migração traz para as comunidades de acolhida, explicou que quase todos os estudos no mundo concluem que a presença de migrantes e refugiados contribui para o país que os acolhe, sendo que a multiculturalidade deixa de ser só moralmente aceitável, para se tornar funcional, pois contribui efetivamente para o desenvolvimento das sociedades. Citou o estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com o Observatório das Migrações Internacionais e a Universidade Federal de Roraima, intitulado “A Economia de Roraima e o Fluxo Venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas”, que concluiu que a presença dos venezuelanos foi positiva para os indicadores econômicos do Estado.

Com relação à descentralização, que é o processo de interiorização, ela reduz a pressão do Estado de Roraima sobre os demais municípios, pois a assistência para os migrantes refugiados é prestada pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas) em uma responsabilidade tripartite: em nível federal, pelo Ministério da Cidadania, em nível estadual e municipal, pelas respectivas secretarias de assistência social. Acredita que o processo de interiorização e a presença dos migrantes e refugiados têm contribuído para o desenvolvimento de capacidades em nível municipal.

Alexandre Formisano, chefe da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)

O participante esclareceu que o CICV é uma organização independente e imparcial, não faz parte de maneira ativa da Operação Acolhida, mas realiza uma ação coordenada com a Operação e com todos os atores que dela participam, inclusive a Plataforma R4V. Em geral, o CICV participa de audiências na qualidade de observadores.

Destacou a atuação do Comitê nos temas humanitários, em especial na questão da migração, enfatizando a aplicação do princípio essencial das normas do direito internacional humanitário, que é a proteção dos vínculos familiares,



aplicado pela CICV em situações de crise. Medidas devem ser tomadas para que não existam separações, que se previna o desaparecimento de pessoas e que respostas sejam obtidas. É um trabalho realizado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha e pelos braços locais da Instituição, de cada um dos países onde trabalha, inclusive pela Cruz Vermelha brasileira.

Citou como exemplo a participação do primeiro convidado da presente audiência, Sr. Joel, que mencionou ter emigrado antes da família e de ter conseguido se reunir com ela posteriormente. Enfatizou que uma das principais vulnerabilidades que existem nas situações migratórias no mundo inteiro é a separação de famílias e os riscos que essa situação pode implicar em matéria de desaparecimento.

O convidado informou que os escritórios da CICV em Boa Vista e Pacaraima possuem vários serviços que procuram fortalecer o vínculo entre famílias. São serviços oferecidos em parceria com Cruzes Vermelhas de outros países, que possuem capacidade de trabalhar em rede, de forma global. Esclareceu que, com o apoio do Itamaraty, a organização está implicada em reunificações de pessoas migrantes que não estavam nas Américas. Usam o conhecimento local para procurar pessoas e para tentar dar respostas às famílias.

Desse modo, desde o ano 2018, trabalham com a Operação Acolhida precisamente no tema da proteção dos vínculos familiares. São estabelecidos pontos de conectividade, que são locais em que os migrantes podem dar notícias aos familiares e manifestar suas preocupações de proteção e busca de pessoas. A rede global possibilita procurá-las e prevenir que existam separações de famílias e sobretudo desaparecimento de pessoas.

O participante disse que a CICV também atua na Operação Acolhida em outras temáticas, particularmente na área de *Wash*, de água e saneamento, apoiando algumas estruturas da Operação para que elas possam ter condições de receber as pessoas migrantes. O trabalho também é realizado em comunidades de acolhida, igualmente importantes na questão migratória. Ainda esclareceu que durante o período da pandemia, foram realizados trabalhos em eixos relacionados mais com a saúde primária.

Concluindo, o convidado demonstrou necessidade de fortalecer o trabalho com as Cruzes Vermelhas de cada país para que efetivamente esses pontos de conectividade sejam sempre mais abrangentes e presentes e, sobretudo, que tenham essa capacidade de responder às problemáticas de proteção. Segundo ele, é importante vincular essa temática à Lei 13.812, de 2019, trabalhando para que



as pessoas migrantes não sejam excluídas da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Finalmente, citou o eixo de atuação relacionado à temática forense e às ciências forenses, que acontece com o falecimento de imigrantes, sua identificação e a transferência de restos mortais para o país de origem.

Na etapa de perguntas, o participante disse que o trabalho que tem sido feito no marco da Operação Acolhida é resultado de compromissos internacionais, de marcos normativos do Direito Internacional Humanitário, dos direitos humanos, tratados e convenções que têm sido ratificadas e adotadas pelo Estado brasileiro. Seja qual for a decisão a respeito do futuro da Operação Acolhida, o importante é que essas obrigações continuem a ser respeitadas e implementadas.

Silvia Sander, oficial de proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur)

A convidada esclareceu que a Acnur é uma agência das Nações Unidas com atuação global, hoje presente em 132 países, que se dedica especificamente a proteger e a buscar soluções duradouras para populações refugiadas. Atua no Brasil desde 1984, em cooperação com o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) e com o governo federal, estadual e municipal, além da parceria com o setor privado, instituições diversas, a academia e atores diversos da sociedade civil, a exemplo do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados.

Reiterou que tem sido observado aumento progressivo no número de pessoas em contexto de deslocamento forçado ao redor do mundo, precisando 103 milhões de pessoas nesse contexto, em cinco principais crises humanitárias mundiais: em primeiro lugar a Síria, com 6,8 milhões de pessoas refugiadas; em segundo, a Venezuela, com mais de 7 milhões de pessoas em contexto de deslocamento forçado, das quais 5,6 milhões são refugiadas; em seguida, a Ucrânia, o Afeganistão e o Sudão do Sul, entre outras dezenas de países que também passam por situações semelhantes.

Segundo ela, a situação da Venezuela traz um contexto sem precedentes na história recente da América Latina e do Caribe. O principal destino dos refugiados é a Colômbia. O Brasil figura na quinta posição, com cerca de 388 mil pessoas presentes em território brasileiro, sendo que mais de 50 mil refugiados já são reconhecidos pelo Conare; outras 92 mil pessoas solicitaram reconhecimento da condição de refugiado; e cerca de 320 mil pessoas pediram



autorizações de residência. Informou que o governo brasileiro reconheceu a existência de situação de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela, e com isso adotou, desde 2019, um procedimento simplificado e acelerado para o processamento dessas solicitações de refúgio, o que persiste até hoje.

Retomou a ideia, já comentada pelos outros convidados, de que a Operação Acolhida representa uma resposta humanitária global, capitaneada pela atuação de liderança do governo brasileiro, com o apoio de centenas de atores, incluindo governos e agências da ONU, como é o caso da Acnur, da OIM, e também de vários atores da sociedade civil, entre outros. Explicou que a Acnur colabora nos três eixos da Operação Acolhida, sobretudo, no ordenamento de fronteira, em particular nas estruturas em Pacaraima, apoiando sistemas de pré-documentação e registro das pessoas que estão chegando, no suporte ao preenchimento do Sisconare e no monitoramento das dinâmicas de fronteira, bem como à avaliação e encaminhamentos específicos protetivos, para pessoas que estão num contexto de vulnerabilidade maior.

Em relação ao abrigo emergencial, a Acnur, por meio de uma cooperação com o Ministério da Cidadania, apoia a gestão de nove abrigos em Boa Vista e Pacaraima e segue nesse esforço de aprimorar as estruturas ali existentes e de acompanhar de maneira próxima as famílias em temas de proteção e nos encaminhamentos necessários. Explicou que a Acnur também trabalha em parceria com outras estruturas do poder público local em Manaus, como a Agência da ONU para Refugiados.

Destacou a importância da interiorização de pessoas, dizendo que a Acnur apoia hoje as quatro modalidades da interiorização e presta um suporte mais específico ainda à modalidade abrigo-abrigo, que se presta a ajudar famílias mais vulneráveis. Também atua no pós-interiorização, trabalhando com redes locais públicas, da sociedade civil, do setor privado, para ampliar as possibilidades de integração dessas pessoas nos diversos municípios e estados em que elas estão, com maior atenção para pessoas que têm necessidades específicas. Realizam o fortalecimento das redes locais por meio do desenvolvimento de políticas públicas específicas e do fortalecimento de estruturas, tais como conselhos municipais, comitês estaduais, fórum nacional de comitês e conselhos estaduais, para conseguir avançar nas comunidades de acolhida.

No que diz respeito às pessoas em condições específicas, falou sobre a situação dos mais de 8 mil indígenas de quatro etnias distintas, refugiados



venezuelanos, que já estão em território brasileiro, citando as etnias waraos, pemóns, eñepás, kariñas. Os indígenas precisam de estratégias culturalmente sensíveis, diferenciadas desde o momento da sua chegada à fronteira, o que envolve uma adequação das estruturas emergenciais de acolhimento e ao longo desse processo de integração.

A convidada destacou seis encaminhamentos finais que, entende, podem contribuir com a reflexão sobre o futuro da Operação Acolhida: registrar a garantia de continuidade do apoio não só do Acnur para complementar esse esforço estatal, mas também de diversos atores; reafirmar que se trata de uma resposta emergencial de viés humanitário, e não político; mencionar a necessidade de garantir a continuidade da Operação Acolhida, tanto por meio de recursos públicos suficientes quanto pela manutenção e fortalecimento das estruturas de coordenação em nível federal; promover progressivamente a transição dessa resposta emergencial humanitária para ações de desenvolvimento que se voltem à inclusão social, cultural, econômica dos refugiados imigrantes em território brasileiro e que também favoreçam as comunidades de acolhida; desenvolver políticas públicas setoriais e planos de gestão e estruturas de coordenação específicos, especializados na pauta da migração e do refúgio; e adequar e fortalecer a proteção e a integração, de maneira culturalmente específica, da população indígena refugiada, incluindo um maior engajamento da Funai nessa resposta, dentre outros atores.

Nas considerações finais, a convidada reafirmou o compromisso da Acnur de contribuir com a Operação Acolhida e com os vários projetos e iniciativas que possam beneficiar pessoas refugiadas e migrantes, venezuelanas e de outras nacionalidades, que estão espalhadas pelo Brasil. Defendeu o fortalecimento dos três eixos da Operação Acolhida e enfatizou a importância da interiorização e da ampliação do apoio a municípios e estados, incluindo a sociedade civil local, sobretudo àqueles que mais recebem essas populações, por meio de recursos orçamentários e apoio com capacidades técnicas, de apoio e elaboração de planos de gestão e criação de comitês. Defendeu a ampliação da escuta das redes locais, que precisam de apoio, mas também têm desenvolvido soluções para melhorar a experiência de integração das pessoas.

Sobre as situações que merecem maior atenção, reafirmou cuidado com o tema das populações indígenas, além da necessidade de acelerar as possibilidades de revalidação de diplomas e aprimorar as estruturas de acompanhamento no pós-interiorização.



Padre Agnaldo Pereira de Oliveira Junior, diretor nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados do Brasil

O convidado disse que faz parte da organização internacional dos jesuítas e, há mais de 40 anos, tem acompanhado refugiados em cerca de 50 países. Com parceria com o governo federal e o Acnur, o Serviço Jesuíta atua há 20 anos na questão da resposta humanitária a refugiados e migrantes.

Esclareceu que a organização age na posição de sociedade civil, sempre na vanguarda das crises humanitárias. Com a Pastoral Universitária e seus tantos voluntários chegaram na fronteira de Roraima em julho de 2017, oito meses antes da Operação Acolhida, para estabelecer um serviço e dar respostas concretas ao fluxo migratório venezuelano na região. Destacou o papel da igreja, em especial o da Diocese de Roraima, junto com a Rede Caritas, as scalabrinianas, a Pastoral dos Migrantes, em uma força-tarefa no serviço concreto de acompanhar os migrantes e refugiados que chegam ao Brasil. Enfatizou o trabalho das parcerias entre o poder público e a sociedade civil, explicando que o êxito da Operação Acolhida é indubitável nesses cinco anos, pois foi capaz de dar uma resposta mais emergencial na fronteira. Mas destacou três outras organizações reconhecidas por também por essa contribuição: a academia, trabalhando na leitura da realidade, na investigação, nas recomendações concretas; as igrejas em geral, contribuindo no processo de interiorização ao disponibilizar suas casas de acolhida; e a iniciativa privada, usando força de mão de obra qualificada dos imigrantes.

O diretor entende que é preciso um equilíbrio maior entre a resposta emergencial e a resposta de integração duradoura para aqueles que hoje não estão mais na fronteira, para que a integração socioeconômica e cultural aconteça realmente a contento em muitos lugares. Defendeu a transversalidade dos ministérios, que devem colaborar na questão da resposta humanitária nas fronteiras.

Avaliando as fragilidades da Operação Acolhida, destacou a rotatividade dos contingentes que vão à fronteira para se estabelecerem, que, segundo ele, tem dificultado a recomeçar vários processos que já estavam fluindo mais a contento na fronteira. Também acredita ser o momento de poder equilibrar as forças entre sociedade civil e Forças Armadas na parte técnica e, de modo especial, no atendimento aos migrantes.



SF/22096.29972-05

Página: 30/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eaf9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

Explicou que o maior legado da Operação Acolhida é salvar vidas, mas que está se perdendo a oportunidade de deixar, no Estado de Roraima, um legado de desenvolvimento local. Citou os altos custos dos aluguéis, que impactam os migrantes que não estão nos abrigos, a pouca geração de trabalho e a baixa renda, defendendo que fábricas e indústrias possam desenvolver melhor o Estado de Roraima nessa questão. Outro legado deixado localmente é a criação dos comitês estaduais e municipais de reflexão sobre a política pública de acolhida aos imigrantes refugiados.

O palestrante entende que a Lei de Migração e a Lei do Refúgio precisam de sinais concretos nas políticas públicas locais, de forma transversal, em comitês diversos, plurais, para que a resposta concreta à crise não seja apenas emergencial. Assim, acredita que o legado da Operação Acolhida será constituir uma política de Estado, não de governo.

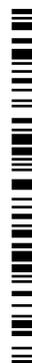
Diante das perguntas feitas, o convidado ressaltou a importância de dar maior visibilidade a essa operação, com o uso das redes sociais, para que as pessoas tenham ciência da realidade da migração no Brasil.

Sobre a situação dos afegãos que se encontram no Aeroporto de Guarulhos, destacou o apoio do Acnur e falou da importância de outras organizações poderem oferecer seus espaços. Entende que hoje o grande gargalo para interiorização é ter espaços para onde enviar os imigrantes venezuelanos que estão em Roraima.

Alzira Melo Costa, procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho no Amazonas e em Roraima

A convidada informou que recentemente foi reinstituído pela Procuradoria-Geral do Trabalho um grupo de trabalho composto por procuradores e procuradoras de várias localidades do País para que o Ministério Público do Trabalho estude e reflita sobre o atendimento do fluxo migratório venezuelano.

Entende que a inserção sociolaboral é o principal aspecto de integração de migrantes e refugiados. Nesse contexto, esclareceu que a Operação Acolhida atua de maneira importante no ordenamento das fronteiras, permitindo a obtenção imediata de documentos, identificando situações que possam configurar tráfico de pessoas, e abrigando migrantes e refugiados, de maneira a evitar que fiquem sujeitos à condição de superexploração.



No que diz respeito à interiorização, o Ministério Público do Trabalho manteve, ao longo do último ano, um diálogo próximo com o comando da Operação Acolhida quanto à prevenção de práticas de superexploração, à transparência nos dados de interiorização por Vaga de Emprego Sinalizada, bem como à inclusão e maior participação de grupos tidos como mais vulneráveis entre os migrantes e refugiados, especificamente grupos vulnerabilizados, como mulheres, mães solas, pessoas com deficiência e jovens.

Demonstrou preocupação com a continuidade da Operação Acolhida, pois acredita que há pouca preocupação e atuação dos poderes executivos estaduais e municipais. Assim como outros participantes, defendeu a necessidade de ampliação da rede de atendimento, como serviços locais, saúde, assistência social, educação e segurança pública. Também pediu pela atuação da Operação Acolhida no fornecimento de recursos para fortalecer os serviços regulares de atendimento à população migrante e refugiada e também aos nacionais.

A Procuradora apontou o dever de o Ministério Público informar melhor os migrantes e refugiados que entram por meio da Operação Acolhida a respeito dos seus direitos laborais, como forma de prevenir a superexploração. Defendeu o reforço das estratégias que possibilitem o acompanhamento das pessoas que são interiorizadas por vagas de emprego sinalizado, permitindo uma rastreabilidade por meio do próprio Sistema Acolhedor, que consegue conjugar os dados. É utilizado o ProGress, sistema de dados do Acnur, mas disse ser possível utilizar o sistema de dados do Ministério do Trabalho, como Caged e Rais, para verificar quais migrantes e refugiados permanecem na situação de emprego e quais precisam de outro auxílio. Trabalham com a rastreabilidade e a organização de maneira mais integrada dos serviços de atendimento na ponta, para que, em caso de eventual violação de direitos, possa ser realizado um pronto atendimento.

E, por fim, o Ministério Público do Trabalho também entende que a Operação Acolhida tem uma resposta emergencial de caráter humanitário, mas que precisa estabelecer soluções mais duradouras, para garantia de desenvolvimento e plena inserção desses migrantes e refugiados.

Questionada, a convidada exaltou a importância de: fortalecer a Operação Acolhida; melhorar o monitoramento, com a utilização dos bancos de dados que já estão disponíveis, em especial no que diz respeito à Vaga de Emprego Sinalizada; e ampliar o apoio para as comunidades de acolhida nas três frentes,



junto ao poder público, com maior participação das agências da ONU e com fortalecimento da sociedade civil.

Paulo Henrique de Moraes, diretor executivo da Cáritas Arquidiocesana de Brasília

Iniciando sua exposição, o convidado disse que a Cáritas Arquidiocesana de Brasília foi convidada a participar da proteção humanitária dos refugiados venezuelanos, em 2019, por intermédio de um padre de Roraima que entrou em contato com o presidente da instituição. Foram acolhidos cerca de 1,6 mil venezuelanos, e lhes foi dada a condição mínima para a integração, sendo Brasília o ponto zero, de onde saiu parte dessas pessoas para o Projeto Acolhida e para serem integradas ao restante do País.

Informou que, em 2020, no auge da integração e em plena pandemia, conseguiram acolher venezuelanos por até quatro meses, em virtude das medidas de isolamento social. Relatou que a Igreja buscou doações para o básico, produtos de higiene, roupas, comida, tudo que lhes desse um mínimo de conforto, e que também pudessem levar para onde fossem. Destacou a atuação da Caritas Arquidiocesana juntamente com a Arquidiocese de Brasília e seus bispos. Parabenizou a Operação Acolhida pela ação e colocou a Cáritas Arquidiocesana de Brasília à disposição para contribuir com esse projeto e com todos os que tentam garantir que as pessoas, independente de seus países, possam ter vida mínima possível com o básico.

Marcelo Lemos, analista de Relações Institucionais e Sustentabilidade do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados do Brasil

O convidado, além de sua atuação no Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, afirmou ser membro do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês para Refugiados e Migrantes do Brasil. Disse que a demanda dos grupos e coletivos que têm atuado no âmbito da migração é sair de uma certa invisibilidade de estratégia de proteção de direito para um campo da internacionalização das ações no campo da migração. Acredita ser preciso uma estrutura no Brasil para tornar eficaz o campo da política pública como tal.

Questionado sobre a continuidade da Operação Acolhida, diferentemente da manifestação de outros participantes, entende ser essa uma operação instituída pelo governo em 2018 e não uma política pública permanente, assim como a



SF/22096.29972-05

Página: 33/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eafc9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

interiorização e os legados do processo. Para ele, a interiorização é uma estratégia de operação e os legados que vão ser deixados desse processo não são de políticas públicas, mas possíveis sinalizações de estratégias para políticas públicas de trabalho com migrantes refugiados que estão em situação de fronteira.

Acredita ser importante questionar se o campo militar ou das Forças Armadas é o lugar de fato para cooperação e ação humanitária brasileira. Defendeu que o Brasil requeira, junto às Nações Unidas especialmente, uma política internacional para cooperação internacional humanitária específica. Acredita que a migração haitiana teve tratamento diferenciado, com menos planejamento por parte do governo.

Finalmente, pediu atenção com a relação entre os estados de fronteira e o restante do País, tendo em vista a presença de forças políticas e de articulação para quem está vivendo nessas áreas, citando como exemplo o desafio do Acre com o Peru na migração haitiana. Afirmou que não existem centros de acolhida para haitianos nessas fronteiras, ou centros especializados para acolhida de refugiados indígenas.

5. Audiência pública sobre deslocamentos forçados e mudanças climáticas e ambientais – 8 de dezembro de 2022

No dia 8/12, foi realizada audiência pública sobre deslocamentos forçados e mudanças climáticas e ambientais, conforme o requerimento nº 5. Na ocasião, os convidados defenderam a regulamentação do artigo 120 da Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 2017), que prevê a regulamentação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.

A reunião foi copresidida pela Senadora Mara Gabrilli e o Senador Paulo Paim e teve os seguintes convidados: Oscar Sánchez, representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur); Débora Castiglione, assistente de operações da Organização Internacional para as Migrações (OIM); Thales Egídio Macedo Dantas, coordenador do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (Fonacceram); Rodrigo Borges Delfim, editor-chefe do site Migra Mundo; e Fernando Araldi, diretor de Planejamento Integrado e Ações Estratégicas substituto do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).



A Senadora Mara Gabrilli abriu a audiência recordando que, nos últimos anos, acompanhamos nos noticiários enchentes no Iêmen, no Paquistão e aqui mesmo no Brasil, secas mais extremas na Namíbia e na Etiópia, ciclones gravíssimos em Moçambique e em Bangladesh, e os furacões mais intensos na América Central. Recordou das tragédias climáticas no Haiti, que é o país mais pobre das Américas e que o Brasil buscou ajudar por mais de uma década diante da crise humanitária que ainda persiste. E, desde o terremoto do Haiti em 2010, o Brasil tem recebido um fluxo crescente de haitianos.

A Relatora da Comissão salientou que, além destes desastres naturais ocasionados pelas mudanças climáticas, diversas evidências e estudos científicos apontam para a questão dos diversos países insulares que têm risco de desaparecimento com o aumento do nível do mar. Como todos esses fenômenos criaram uma dinâmica migratória inédita, defendeu a urgência de nos prepararmos para enfrentar suas consequências.

De acordo com o ACNUR, a emergência climática gerou duas vezes mais fluxos migratórios do que os conflitos armados e a violência na última década. Desde 2010, mais de 21 milhões de pessoas por ano foram forçadas a migrar devido às mudanças climáticas, destacou a Senadora. Segundo ela, as consequências das extremas temperaturas impactam sobretudo a produção de alimentos e o regime das colheitas, gerando insegurança alimentar e escassez de água em diversos países do mundo – e o Brasil não está fora dessa rota.

A Senadora enfatizou que, nos últimos anos, o Brasil também virou foco dos efeitos dos desastres supostamente naturais, mas que são exacerbados pela ação do homem. Nesse sentido, recordou as inundações, enchentes e deslizamento de terras em áreas de risco em praticamente todos os estados brasileiros, gerando efeitos desproporcionais nas populações mais vulneráveis. Lembrou também das secas extremas no Nordeste, que vêm se intensificando, que contribuem para o Brasil seja o 6º país do mundo que mais sofre com catástrofes climáticas, segundo a ONU, e que promovem deslocamentos forçados dentro das nossas fronteiras, fruto das assimetrias regionais que precisam ser sanadas.

Para a senadora Mara Gabrilli, essa realidade tem efeito direto nas dinâmicas de deslocamento e migração no Brasil e no mundo, criando verdadeiros refugiados climáticos. Apesar do termo não ser ainda consensual e



aceito no direito internacional, desde os anos 1980, é possível essa expressão pelos corredores na ONU e nas COPs. O problema disso é que esses migrantes não têm acesso ao mesmo tipo de proteção internacional de, por exemplo, refugiados que fugiram de guerras e conflitos, podendo, por exemplo, ser deportados.

Segundo a Senadora e Relatora da CMMIR, o nexu entre mudanças climáticas e migração exige políticas públicas específicas para acolher migrantes climáticos de forma segura, humana e proativa. Nesse sentido, defendeu que o próximo governo federal apoie iniciativas de prevenção, adaptação e resiliência para evitarmos futuros desastres e minimizarmos esses deslocamentos dentro e fora do Brasil.

A senadora ainda defendeu a volta do Brasil ao Pacto Global sobre Migrações de 2018, assinado pelo governo Temer e revogado pelo governo Bolsonaro. Esse documento é imprescindível, pois reconhece, de forma inédita, que “o clima, a degradação ambiental e os desastres interagem cada vez mais com os vetores dos fluxos de refugiados”.

Por fim, a Senadora sugeriu às equipes de transição a importância da criação de uma agência nacional permanente sobre Mudança Climática e Migração para que se possa prover assistência aos governos estaduais e locais e, sobretudo, à sociedade civil para mitigar as consequências climáticas e os deslocamentos populacionais no Brasil e em nosso entorno regional.

Oscar Sánchez, representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur)

O convidado abordou inicialmente a ligação entre o clima, as mudanças climáticas, a segurança e os deslocamentos humanos forçados, que já foi demonstrada em vários países. Sánchez mencionou os estudos publicados na revista Science Magazine apontaram relações entre mudanças climáticas e o processo de urbanização na região do Crescente Vermelho, próxima ao Iraque, relacionadas aos conflitos ocorridos na Síria.

Registrou o incremento dos números de refugiados e de deslocados internos provenientes de países menos adaptados e mais vulneráveis às mudanças climáticas. Mencionou os exemplos de Bangladesh, de Moçambique e do Afeganistão, afirmando que há impactos diretos também no Brasil.



Ressaltou a inabilidade de as pessoas obterem um meio de sustento em seus países, diante das mudanças climáticas.

Afirmou que a ampla maioria dos refugiados retornados estão em países vulneráveis às mudanças climáticas, o que gera preocupações tanto por causa do processo de conflito e deslocamento, quanto pela possibilidade de se obter soluções duradouras para o retorno dessas pessoas.

Mencionou que, dos quinze países mais vulneráveis às mudanças climáticas, onze estavam em conflito. A combinação das fragilidades políticas decorrentes de conflitos com a dificuldade de adaptação às mudanças climáticas é precursora dos maiores deslocamentos ocorridos no mundo.

Apresentou dados do Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (*Internal Displacement Monitoring Centre – IDMC*), que apontam a possibilidade de deslocamento de cerca de 450 mil pessoas no Brasil devido a mudanças climáticas e de cerca de 20 mil pessoas por conflitos de terras.

Destacou que as maiores fragilidades ocorrem nos países africanos, mas que também existem nas Américas, sobretudo em áreas afetadas por ciclones e pelos efeitos dos fenômenos La Niña e El Niño. Essas fragilidades estão relacionadas sobretudo às moradias localizadas em áreas de alto risco, que tornam as pessoas mais vulneráveis e aumentam a probabilidade de deslocamento.

Registrou que há muita controvérsia em relação aos números relacionados aos deslocamentos forçados no mundo. Embora se fale em mais de 850 milhões e até em um bilhão de pessoas que poderão ser forçadas a se deslocar por causa de mudanças climáticas, disse não ser possível calcular o número exato devido às incertezas. Ainda assim, ressaltou, a previsão é de incremento das mudanças climáticas e de aceleração dos deslocamentos, sobretudo de zonas rurais para zonas urbanas. Apontou, ainda, que as zonas que recebem os migrantes comumente apresentam grande vulnerabilidade e ficam sujeitas a risco contínuo de novos deslocamentos.

Assim como a senadora Mara Gabrilli, Sánchez observou que tem sido utilizada no mundo inteiro a expressão “refugiados climáticos”, embora essa terminologia não tenha definição no ordenamento internacional. Ressaltou que o Dicionário Oxford assim considera as pessoas obrigadas a se deslocarem de suas moradias por causa de mudanças climáticas, para receber proteção à existência. Relatou que, embora a expressão possa gerar alguma confusão, por não fazer parte do direito internacional, alguns casos dessa natureza têm sido



tratados em diferentes Cortes. Mencionou um caso ocorrido na Nova Zelândia analisado no Comitê de Direitos Humanos em que a conclusão teria sido de que não havia acesso à proteção do direito internacional, de acordo com a Convenção de 1951 para os refugiados, mas que as pessoas envolvidas teriam proteção para não serem devolvidos ao seu país de origem, por deportação.

Argumentou que a aplicação do direito internacional do refúgio nesses casos poderia ter uma contextualização regional. Apontou que a Convenção de 1951, em seus arts. 1º e 2º, menciona o medo fundado de a pessoa ter que fugir do seu lugar de origem, mas não ter a proteção do Estado. Considera relevantes os aspectos do temor fundado e das proteções de vida para as pessoas não serem devolvidas à origem.

Em nível regional, mencionou a possibilidade de aplicação da Declaração de Cartagena aos venezuelanos, aos haitianos e às outras nacionalidades em conflito na região, inclusive para conferir proteção atemporal em casos relacionados a mudanças climáticas.

Por fim, ressaltou a relevância das ações relacionadas aos refugiados do Afeganistão, observando que a população afegã tem sofrido com penas de morte, que impactam sobretudo para mulheres e minorias.

Thales Egídio Macedo Dantas, coordenador do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (Fonacceram)

O convidado informou sobre seu papel como presidente do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte e a participação no Fonacceram, uma articulação de dez estados brasileiros, fundada em março de 2022 pelas Agências Internacionais para Refugiados e para Migrações, pelo Acnur e pela OIM, com o objetivo de oferecer uma resposta política em relação a esses assuntos. Explicou que o Fonacceram foi criado como uma instância interfederativa para discussão sobre migração, um tema historicamente restrito no Brasil ao âmbito do governo federal e da União. Avaliou que o debate tem sido aperfeiçoado porque há temas que atingem estados e municípios de formas diferentes, não estando restritos ao cenário acadêmico.

Quanto às mudanças climáticas e aos deslocamentos, observou que esse tema deixou de ser restrito à academia e já faz parte da realidade brasileira há



muitos anos. Os intensos fluxos migratórios internos, particularmente das regiões Norte e Nordeste para o Centro-Sul do Brasil, frequentemente decorrem de eventos climáticos, como inundações e secas severas. Observou que tais eventos têm ocorrido com maior frequência devido ao efeito estufa, às mudanças climáticas e ao aquecimento global, e destacou a situação da Região Amazônica e as inundações recorrentes no Sudeste, devido às fortes chuvas.

Dantas manifestou as perspectivas da discussão política entre os estados, as agências internacionais e o governo federal em relação aos temas abordados. Registrou que o Fonacceram tem defendido a criação de um órgão nacional específico para o tema de refúgio e de migrações. Relatou ter sido enviada à Presidência da República uma carta com propostas concretas, à luz do entendimento de que o tema é debatido sob uma perspectiva teórica, sem considerar as situações das pessoas nos estados e municípios, o que leva, por exemplo, aos problemas registrados na resposta ao fluxo migratório venezuelano.

Quanto aos impactos das mudanças climáticas sobre as migrações, destacou as discussões da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP, ou UNFCCC, na sigla em inglês), com a perspectiva de o Brasil sediar uma das próximas rodadas, possivelmente em 2025. Apontou que a discussão de temas como refúgio, apatridia e imigração é ampliada a partir da perspectiva de temas como meio ambiente e sustentabilidade.

O coordenador observou que os debates sobre refúgio e migrações geralmente ocorrem de forma emergencial, a partir de fluxos migratórios em fronteiras e aeroportos, como nos casos de imigrantes venezuelanos, afegãos e congolezes. Alertou que a ocorrência de fluxos migratórios por causa de mudanças climáticas é uma realidade e que os impactos já ocorrem atualmente.

Advertiu que a Lei de Migração de 2017 ainda não foi regulamentada no âmbito da política nacional, enquanto alguns estados e municípios vêm tentando criar regulamentos específicos. Embora a Lei tenha sido um marco na área, não produziu grandes mudanças práticas. No âmbito do governo federal, há ações da política migratória em diversos Ministérios, como os da Justiça, dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Social, mas sem uma coordenação unificada. Avaliou que no Brasil há falta de planejamento, independentemente das causas da migração e do refúgio, sejam guerras, perseguições políticas ou desastres



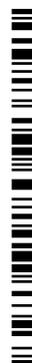
naturais, o que evidencia a necessidade de regulamentação da Lei de Migração, com definição clara das atribuições de todos os entes federados.

Observou que o terremoto ocorrido em 2010 no Haiti levou a um grande fluxo migratório de haitianos para o Brasil, avaliando que a União não soube construir uma política migratória para acolher essas pessoas. Argumentou que os haitianos, embora estejam na perspectiva de refugiados, não têm essa situação reconhecida, encontrando-se em situação de extrema vulnerabilidade, sem documentação própria nacional e sem conseguir empregos formais. Dessa forma, ficam mais suscetíveis ao tráfico de pessoas e ao trabalho análogo à escravidão.

O convidado defendeu que a política migratória deve ser planejada em um processo de escuta das pessoas migrantes e não pode ser restrita a gabinetes ou à academia. Avaliou como caótica a resposta política à migração de venezuelanos para o Brasil, que acabou se revelando traumático para a própria população brasileira, redundando, por exemplo, no colapso do Sistema Único de Saúde (SUS) na Região Norte. Ressaltou que a criação do Fonacceram foi uma resposta política ao processo de desorganização da resposta à situação migratória nesse período.

Observou que as pessoas não costumam ver uma relação entre suas vidas e as questões migratórias, mas que, historicamente, as migrações nordestinas contribuíram para a construção de cidades como Brasília e São Paulo, bem como de cidades da região Centro-Sul do Brasil. Disse que o Brasil como um todo foi forjado a partir de migrações e que a população brasileira é formada por migrantes.

No que se refere à carta de demandas do Fonacceram, observou que o Brasil já contava com cerca de 2 milhões de migrantes internacionais. Defendeu que não se pode mais considerar a política migratória como resposta a uma situação inesperada, sendo necessário encarar a questão como natural, relativa a direitos do ser humano. Para ele, é natural que as pessoas migrem em busca de concretizar os seus sonhos, sendo que a migração não pode ser criminalizada. Cabe ao poder público buscar soluções para atender às demandas das pessoas no âmbito da política migratória, sendo imprescindível para tanto um órgão nacional, subordinado à Presidência da República, que atue em perspectiva intersetorial.



Mencionou projeto de lei que prevê atendimento do SUS a migrantes, classificando essa situação como um desafio por causa da ausência de dados, inclusive quanto às nacionalidades e às perspectivas epidemiológicas.

Por fim, sugeriu a constituição de um Grupo de Trabalho no âmbito do governo federal para estudar a relação entre migrações e mudanças climáticas, com foco, inclusive, na busca de dados sobre deslocamentos forçados por motivos ambientais, como no caso de migrações causadas pelas secas na região Nordeste.

Débora Castiglione, assistente de operações da Organização Internacional para as Migrações (OIM)

A convidada relatou que a OIM, criada em 1951, conta com 174 Estados-membros, sendo que no Brasil o escritório principal se encontra em Brasília, havendo escritórios de campo em todas as regiões. Explicou que a OIM entende a mobilidade humana de forma ampla, à luz do conceito de migrante como pessoa que se movimenta do seu local habitual de residência de forma temporária ou permanente, cruzando fronteiras internacionais ou não. O mandato da agência abarca tanto a migração internacional quanto a migração interna, por diversos motivos, inclusive o espectro da mobilidade humana relacionada ao meio ambiente e às mudanças climáticas.

Disse que a OIM promove uma abordagem abrangente da migração no contexto do meio ambiente e das mudanças climáticas, baseada em direitos humanos e nas evidências de benefícios para os migrantes e para toda a sociedade, incluídas as comunidades de origem e de acolhida, com o compromisso de colocar as pessoas em situação mais vulnerável no centro da atuação. Entende que, quando bem gerida, a migração pode se converter em escolha segura e acessível, que pode ajudar as pessoas a se adaptarem às pressões do meio ambiente e das mudanças climáticas.

Diante de desafios representados pelas mudanças climáticas e pela degradação do meio ambiente, tanto por processos lentos quanto por desastres e riscos naturais, o papel da OIM é de apoiar Estados, migrantes e atores como sociedade civil e academia no desenvolvimento de políticas e de práticas baseadas em evidências, eficientes e inovadoras, com foco no bem-estar dos migrantes e das sociedades.

Castiglione observou que, ao longo das últimas décadas, tem sido possível ampliar a compreensão e o conhecimento sobre os fatores ambientais e climáticos que levam à mobilidade humana e a sua interação com outros fatores



que levam à migração. As pessoas estão migrando por causa de fatores adversos ligados às mudanças climáticas, à degradação ambiental, aos desastres relacionados a riscos naturais, e essa mobilidade tende a se acentuar.

Relatou que, no contexto de conhecimento crescente sobre a relação entre a mobilidade humana e os fatores ambientais e climáticos, a OIM trabalha para apoiar o desenvolvimento de medidas de prevenção e de respostas inovadoras que sejam capazes de fazer com que a migração em condições humanas, ordenadas e dignas seja parte das soluções para enfrentar a emergência climática, inclusive no caso de migração doméstica. Também trabalha em colaboração com seus parceiros para mitigar os efeitos adversos dos fatores ambientais e climáticos, para responder aos riscos de vulnerabilidade na migração e reduzi-los, bem como para prevenir, minimizar e responder ao deslocamento. Busca atender às necessidades das pessoas migrantes e de suas comunidades.

A atuação da OIM leva em conta tanto a migração internacional quanto a migração interna, e todos os tipos de migração, no contexto das mudanças climáticas, da degradação ambiental e dos desastres relacionados a riscos naturais. Isso inclui o deslocamento forçado por causa de desastres, a migração das áreas rurais e territórios tradicionais para áreas urbanas, as migrações sazonais, como maneiras de adaptação e mitigação, e a migração laboral.

A OIM entende que a governança migratória deve estar no centro da abordagem às mudanças climáticas, à degradação ambiental e à resposta a desastres. Políticas públicas em áreas como gestão de fronteiras, vistos, entradas e saídas, serviços consulares, realocação planejada, retorno e engajamento das diásporas e assistência a deslocados internos por mudanças climáticas podem ser utilizadas na resposta aos desafios existentes e para buscar oportunidades de aprimoramento. A organização se compromete a apoiar o desenvolvimento de ambientes favoráveis para auxiliar os migrantes internos e internacionais, as diásporas e as comunidades, para que todos possam contribuir com a ação climática e com o desenvolvimento sustentável das comunidades tanto de origem quanto de acolhida.

As mudanças climáticas, a degradação ambiental e os desastres já estão impactando profundamente os padrões migratórios contemporâneos de diversas maneiras. Há pessoas que migram para outros países em reação a eventos súbitos e extremos, como enchentes e secas. Esses fenômenos têm se tornado mais frequentes e intensos, provocando danos e influenciando, de forma direta e indireta, a decisão de migrar. Registra-se que alguns eventos não



necessariamente relacionados ao clima, como terremotos, atividade vulcânica, poluição, incêndios, contaminação ambiental e efeitos causados pela ação humana, também podem impactar direta ou indiretamente as decisões migratórias.

Entende que todos esses processos podem afetar negativamente as vidas, os meios de subsistência, a saúde física e mental e o pleno acesso a direitos humanos das populações atingidas. A migração, por sua vez, também pode impactar o meio ambiente, os ecossistemas e a disponibilidade de recursos naturais. Não se trata de uma relação linear, em que há apenas uma causalidade. Muitas vezes, a mobilidade humana é multicausal, no contexto das mudanças climáticas e da degradação ambiental. A maioria das pessoas que migram o fazem por causa de uma combinação de fatores sociais, políticos, econômicos, ambientais e demográficos, todos eles afetados pelas mudanças climáticas e ambientais.

Algumas projeções indicam que milhões de pessoas podem migrar por causa dos efeitos adversos das mudanças climáticas. No entanto, em muitos casos, as pessoas mais vulneráveis serão as que podem ficar nas áreas degradadas sem ter os meios ou a oportunidade de recorrer à migração para saírem. Assim, tanto a mobilidade quanto a imobilidade precisam ser enfrentadas por políticas públicas robustas.

A oradora ressaltou que no Brasil, assim como em outros países, há lacunas nos dados disponíveis sobre a migração interna, meio ambiente e mudanças climáticas. Os dados da Defesa Civil agregados pelo IDMC apontam que, entre 2008 e 2021, ocorreram 2,8 milhões de novos deslocamentos relacionados a desastres no Brasil. A ampla maioria desses deslocamentos foi consequência de enchentes (2,2 milhões), sendo que tempestades foram responsáveis por 500 mil deslocamentos. As regiões mais afetadas em 2021 teriam sido as regiões Nordeste e o Sul do Brasil, além do sul do Pará e da região ao sul de Manaus/AM.

Esses dados se referem a novos deslocamentos internos e não necessariamente representam o número de pessoas em situação de deslocamento, porque elas podem se ver obrigadas a se movimentar mais de uma vez no caso de permanecerem em áreas de risco sujeitas a novos desastres, ou seja, enfrentarem o deslocamento mais de uma vez. Castiglione classificou como um importante desafio o aprimoramento da coleta de dados para subsidiar políticas públicas que garantam a assistência e a proteção dessas pessoas.



Destacou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que apontam, entre 2000 e 2010, aumento no grau de urbanização brasileira, relacionado tanto ao crescimento natural das áreas urbanas quanto à migração interna persistente para as áreas urbanas. A migração e o adensamento dos assentamentos urbanos mais pobres podem pressionar áreas de preservação ambiental e fontes hídricas, o que pode interferir no fornecimento de água e em outras atividades que dependem dos ecossistemas, o que, por sua vez, deve aumentar o risco de desastres. Há impactos nas condições de vida e de saúde das populações, que podem acabar permanecendo em condições de vulnerabilidade também nas zonas urbanas.

Essas tendências são acentuadas particularmente em algumas regiões do País, conforme aponta o mapeamento anual de áreas urbanizadas no Brasil, entre 1985 e 2021, elaborado pelo Projeto MapBiomias. Os quatro estados com maior extensão de ocupações informais estão na Região Norte (Amazonas, Amapá, Pará e Acre), com destaque para as cidades de Belém e Manaus, com 52% e 48% do território ocupados por favelas, respectivamente.

Segundo a convidada, esse crescimento urbano desordenado, em parte relacionado à migração interna persistente, gera desafios importantes para os gestores públicos e para a população local. O censo de população em situação de rua de São Paulo aponta que 41% dela é proveniente de outros estados da federação. Embora se saiba que existe relação entre migrações internas e fatores ambientais, não se sabe exatamente como essa relação ocorre, sendo necessários estudos sobre essa situação. Todavia, alguns dados indicam que migrantes internos também podem se encontrar em situação de grande vulnerabilidade nas cidades.

Quanto aos desafios para a melhor integração entre temas migratórios, proteção ao meio ambiente e resposta às mudanças climáticas, a convidada observou que os centros urbanos podem fortalecer suas capacidades para se prepararem e responderem melhor aos movimentos populacionais. Como parte de uma estratégia mais ampla de resiliência, podem desenvolver estratégias para enfrentar desastres naturais nos seus deslocamentos forçados imediatos, e investir na redução de riscos, o que por sua vez pode diminuir os custos da reconstrução. Estratégias de prevenção voltadas às mudanças lentas também contribuem para reduzir a necessidade de migrar e para prevenir, na medida do possível, a migração forçada como resultado de fatores ambientais.



A oradora reiterou a necessidade de aprimoramento dos dados relativos à deslocamentos causados por problemas ambientais. Observou que há mais dados sobre deslocamentos causados por desastres do que dados sobre deslocamentos causados por processos lentos, mas que já existem pesquisas que buscam mensurar migrações causadas por problemas como perda de biodiversidade e erosão costeira. Ressaltou que a dificuldade de obtenção de dados quantitativos é um desafio global, e não se restringe ao Brasil. Defendeu ser preciso avançar no conhecimento sobre os vínculos entre migração, mudanças climáticas, degradação ambiental e desastres, inclusive para identificar processos que podem ser prevenidos e mitigados.

No que se refere à relação entre migrações, desenvolvimento e melhoria de vida dos migrantes, disse ser possível traçar estratégias para que os migrantes contribuam positivamente para a transferência de conhecimento e de tecnologias para acelerar a transição verde, o que se aplica a todos os migrantes, internacionais, internos e retornados. Propôs uma integração entre as políticas voltadas à migração e as políticas voltadas ao meio ambiente.

Ressaltou, por fim, que a OIM publica anualmente o documento *World Migration Report*, um relatório mundial sobre migrações. O relatório de 2020 teve um capítulo específico relacionando migração, mudança climática, meio ambiente e redução de risco de desastres.

Rodrigo Borges Delfim, editor-chefe do site MigraMundo

O convidado informou que o MigraMundo é um *site* jornalístico em atividade desde outubro de 2012, com foco na questão migratória. Disse acreditar que seja o único *site* com esse perfil, lamentando que faltem vozes em relação a esse tema e defendendo maiores investimentos da área de comunicação nesse sentido.

Delfim relatou que a abordagem do tema das migrações ao longo de dez anos permitiu identificar tanto avanços quanto problemas no Brasil. Mencionou que até 2017, o assunto era regulado pelo Estatuto do Estrangeiro, sendo que a partir de então entrou em vigência a Lei de Migração. Mencionou as questões motivadas pelas migrações de haitianos e de venezuelanos para o Brasil, ressaltando, nesse último caso, as ações da Operação Acolhida.

Na avaliação do Editor, a resposta do Brasil às questões migratórias é muito reativa, ou seja, as ações só ocorrem quando os problemas já estão



instalados. Avaliou que, até que houvesse resposta aos fluxos de haitianos e venezuelanos, foram registradas situações como xenofobia e violência, que persistiram mesmo depois de iniciada a Operação Acolhida.

Mencionou o adágio da Professora Deisy Ventura, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, segundo o qual “a migração é o primo pobre dos direitos humanos”. Observou que, em geral, o tema da migração é mencionado pela imprensa na área internacional, mas que se trata de uma matéria com implicações tanto na esfera global quanto na local. Para ele, o tema da migração pode ser abordado em áreas como a política, a cultura, a economia, o esporte, a saúde e a educação. Esse caráter transversal torna a abordagem do assunto mais difícil. Ressaltou, por exemplo, que esse assunto deve ser abordado nos diferentes grupos de trabalho do governo de transição, sendo um desafio para gestores públicos, sociedade civil e imprensa.

O desafio maior das migrações, na visão de Delfim, decorre do fato de esse tema perpassar diversas áreas. Muitas vezes, as migrações são vistas como uma pauta negativa ou um problema. O orador defendeu que essa forma de ver a questão seja modificada, para que a migração passe a ser vista como um vetor de desenvolvimento, algo que fomenta transformações positivas na sociedade. Disse que, ao enfrentar esse desafio, o MigraMundo tem a pretensão de não focar apenas no problema. Mencionou o exemplo dos refugiados afegãos acampados no Aeroporto de Guarulhos, sugerindo que, ao invés de apenas se apontar o problema, é preciso buscar identificar meios de se lidar com a situação e apontar políticas para o acolhimento dessas pessoas.

Ressaltou a necessidade de se colocar em prática o que dispõe o art. 120 da Lei de Migração (Lei 13.445/2017), no que diz respeito à regulamentação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como à definição de atribuições administrativas. Para o palestrante, o estabelecimento desta política é fundamental para evitar tanto que os entes públicos se desvincilhem de suas responsabilidades, quanto da alegação de que se trata de falta de recursos. Defendeu que o assunto não seja tratado apenas de forma emergencial, mas sim de forma estrutural.

Elogiou a atuação do Fonacceram, ressaltando o surgimento de políticas públicas em âmbito estadual e municipal. Questionou, no entanto, quais dessas políticas têm amparo em lei. Mencionou o exemplo do município de São Paulo, que, desde 2013, desenvolveu o que viria a se tornar a Política Municipal para a População Imigrante. Observou que essa política tem se mantido em gestões de



três partidos diferentes na prefeitura, e que a previsão em lei aponta para a continuidade. Sugeriu, portanto, que as políticas na área de migração sejam incluídas em lei, para que não se restrinjam a ações de uma determinada gestão e tenham sua continuidade assegurada.

O Editor mencionou estudo do Banco Mundial publicado em 2021 segundo o qual, até 2050, uma população equivalente à do Brasil vai se deslocar forçadamente por questões ambientais. No Brasil, entre 2000 e 2017, calcula-se que 7,7 milhões de pessoas foram obrigadas a se deslocar, principalmente por questões ambientais, incluindo secas, inundações e rompimento de barragens.

Observou que, nas décadas de 1920 e 1930, houve migrações forçadas causadas pela seca no Estado do Ceará e que as respostas do governo estadual e das chamadas elites econômicas na época foram a construção de “currais” para os migrantes. Afirmou que, modernamente, não seria essa a resposta a ser oferecida às migrações, especialmente se elas forem vistas como um processo humano, que não diz respeito simplesmente à soberania. Reiterou que as respostas podem levar em conta que a migração pode ser um fator de desenvolvimento, e não como algo a ser repelido.

Defendeu que o tema das migrações receba maior visibilidade, sobretudo por parte da mídia, que poderia adotar o conceito do “jornalismo de paz”, que procura contribuir para a resolução de conflitos. Ressaltou, no entanto, que a resolução de conflitos pressupõe o reconhecimento de que esses conflitos existem. No caso das migrações, disse haver conflitos causados pela gerência inadequada dos problemas, tanto no sentido das políticas públicas quanto da visão que se tem dessas políticas. Avaliou que a resolução dos conflitos depende, inicialmente, da mudança de visão a respeito da questão migratória, seguida de uma abordagem propositiva, com discussões sobre quais políticas devem ser adotadas, com visões da academia e da sociedade civil.

Avaliou como um grande passo a instalação pela Câmara dos Deputados da Comissão Especial para discutir a adesão do Brasil à Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.

Quanto às discussões sobre a criação de um órgão para tratar de questões relacionadas às migrações, mencionou a possibilidade de instituição de uma autoridade nacional migratória e sugeriu que ela tenha funcionamento semelhante ao da Coordenação de Políticas para Imigrantes de São Paulo,



vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, com função de articular diferentes secretarias e órgãos com atuação relacionada ao tema migratório.

Fernando Araldi, diretor de Planejamento Integrado e Ações Estratégicas substituto do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

O convidado informou que atuava na Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do MDR, em questões relativas ao desenvolvimento urbano e à mobilidade. Destacou que teria sido mais apropriada a participação da Defesa Civil na audiência, para tratar de questões relacionadas a desastres naturais. Disse que o MDR não trata de questões migratórias, mas de aspectos relacionados ao ambiente urbano e ao desenvolvimento das regiões, abrangendo todas as pessoas, não apenas as migrantes.

O diretor do MDR salientou que, no ambiente urbano, diversas ações devem ser consideradas quando há migrações, porque, normalmente, as pessoas acabam indo para áreas degradadas, como encostas de morros, sujeitas a impactos, riscos e acidentes. Registrou que há diversas políticas no âmbito do MDR para evitar esse problema, nas áreas de habitação, saneamento e mobilidade, buscando assegurar locais de moradia dignos e protegidos contra desastres.

Araldi assegurou que o MDR desenvolve ações para combate e mitigação de efeitos de mudanças climáticas, particularmente quanto à seca na região Nordeste. Relatou que diversos projetos têm sido executados na área de mobilidade, devido ao entendimento de que no Brasil essa área é responsável por grande volume de emissão de gases causadores de efeito estufa e de mudanças climáticas.

Mencionou projeto de lei do novo Marco Legal do Transporte Público Coletivo, em consulta pública na plataforma Mais Brasil, que aborda, entre outros temas, o processo de descarbonização e o combate à poluição. Citou ações de melhoria de acesso a oportunidades disponíveis nas cidades, econômicas ou não, bem como a equipamentos urbanos de saúde e educação, o que avaliou ser de interesse de todos os migrantes, tanto internos quanto externos.

Ao final de sua intervenção, embora novamente tenha destacado que não teria propriedade para abordar o problema dos deslocamentos humanos, defendeu a necessidade de se debater o problema das mudanças climáticas, considerando os impactos sobre a vidas das pessoas e o fato de mais de 80% da



SF/22096.29972-05

Página: 48/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eaf9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

população brasileira viver no ambiente urbano, do que advém a necessidade de discussão de questões de mobilidade urbana e de prevenção de desastres.

6. Visita a São Paulo e Guarulhos - 10 de novembro de 2022

No dia 10/11 foi executada visita técnica a Guarulhos e São Paulo, em atendimento ao requerimento nº 4. Na ocasião, estiveram presentes o Presidente da CMMIR, o Deputado Túlio Gadêlha, e a Relatora, Senadora Mara Gabrilli. Além de visitarem o Posto de Atendimento Avançado Humanizado ao Imigrante do Aeroporto Internacional de Guarulhos, onde estão acampadas famílias afegãs, os parlamentares visitaram também centros de acolhimento especializados em população imigrante da Prefeitura de São Paulo e do Governo do Estado de São Paulo, com a finalidade de investigar a atual situação do acolhimento de imigrantes afegãos.

A visita teve início no terminal 2 do Aeroporto de Guarulhos, onde fica situado o Posto de Atendimento Avançado Humanizado ao Imigrante, onde dormem cerca de 100 afegãos por noite, aguardando encaminhamento para os centros de acolhimento públicos. No local, os parlamentares da CMMIR se encontraram com o Secretário de Assistência Social da Prefeitura de Guarulhos, o senhor Fábio Cavalcante, responsável pela execução do posto mencionado.

No aeroporto, havia em torno de 135 afegãos naquela data, entre famílias com crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com mobilidade reduzida. Junto às autoridades do posto, havia um número significativo de voluntários da sociedade civil de diversas entidades distintas. Nos últimos meses, diversas frentes de voluntariado têm atuado no aeroporto com doações de alimentos, kits de higiene e brinquedos.

No local, havia também representantes do Ministério Público Federal; da Defensoria Pública da União; do Ministério da Justiça, por meio do Comitê Nacional para os Refugiados – Conare; de Caritas; do Acnur, da OIM; de organizações evangélicas; da imprensa; entre outras organizações públicas e privadas. Na ocasião, os parlamentares anunciaram os valores das emendas de comissão que foram aprovadas na CMMIR na reunião deliberativa de 9 de novembro de 2022. Embora essas emendas ainda dependam da aprovação na Comissão Mista de Orçamento, os parlamentares ressaltaram a importância de que esses valores sejam destinados ao fortalecimento do Posto Humanizado em Guarulhos, bem como ao robustecimento orçamentário de políticas de



SF/22096.29972-05

Página: 49/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eaf9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

acolhimento para migrantes e refugiados, por meio das secretarias estadual e municipal em São Paulo.

Um dos principais desafios apontados pelos atores *in loco* é a dificuldade de se acelerar o acolhimento dos afegãos, o que depende de repasse de verbas federais ao estado e municípios de São Paulo. Nos últimos meses, foram abertos novos espaços, mencionados a seguir, mas em número insuficiente para a demanda, uma vez que há voos diários que chegam com famílias afegãs que não têm condições de arcar com a estadia no Brasil, embora cheguem todos regularizados com o visto humanitário concedido a eles por meio dos postos consulares brasileiros notadamente em Teerã (Irã), Islamabad (Paquistão), Ancara (Turquia) e Doha (Catar).

Uma vez que as companhias aéreas não disponibilizam os dados dos passageiros em cada voo, é impossível saber com precisão o quantitativo de afegãos e afegãs que chegam a Guarulhos. Contudo, nas últimas semanas, a informação que prevalece é que o número estimado é de cerca de 20 a 30 pessoas afegãs por dia. Nesse cenário, diariamente afegãos são transferidos, se assim desejarem, a centros de acolhimento, conforme novas vagas são abertas.

Uma dificuldade apontada pelos atores *in loco* é que, em virtude da demora na abertura das vagas, muitos refugiados passam dias – até semanas – sem tomar banho. Uma força-tarefa da sociedade civil para fornecer banhos periódicos tem sido implementada para sanar esse desafio. Para isso, é fundamental que novos leitos sejam abertos para garantir o acolhimento humano e digno dessa população, em estreita cooperação com o Governo Federal.

Outro ponto de atenção é o fato de que o Posto Humanizado tem funcionado 12h por dia, em vez de 24h, como era feito até o início da pandemia de Covid-19. Esse é um grande obstáculo para os afegãos, na medida em que muitos voos chegam após o horário de fechamento deste equipamento, que é às 19h. Sem esse atendimento ininterrupto em um local de trânsito 24h, muitos afegãos se veem em situação de extrema vulnerabilidade, sem a presença de atores do Estado para recebê-los.

Por fim, cumpre ainda recordar que o Posto Humanizado tem o objetivo primordial de atuar como um equipamento de enfrentamento nacional ao tráfico de pessoas, um risco exacerbado no aeroporto de Guarulhos, o maior da América Latina. O Posto também tem a função de encaminhar os imigrantes inadmitidos



SF/22096.29972-05

Página: 50/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eaf9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

pela Polícia Federal na chamada zona restrita do aeroporto. Estima-se que haja ao menos 20 pessoas inadmitidas diariamente, o que exige o trabalho dos funcionários do posto de forma integral.

Uma solução é o aporte de verbas federais ao Posto, para que este possa voltar a funcionar 24h e consiga, também, contratar novos funcionários para não sobrecarregar o atual staff, e volte a se concentrar nas tarefas e objetivos precípuos desse equipamento.

Após a visita ao aeroporto, os parlamentares se deslocaram ao Hotel Social, o Centro de Acolhimento Especializado Ebenézer, localizado na Penha, Zona Leste de São Paulo. O equipamento é mantido e executado pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e conta com até 200 vagas para refugiados afegãos.

No local, os parlamentares foram recebidos pelo secretário da SMADS Carlos Bezerra e sua equipe. Na ocasião, os parlamentares acompanharam de perto a rotina dos afegãos já acolhidos. Lá, há quartos de quatro a seis leitos, sendo possível destinar uma família por unidade, onde elas têm mais privacidade. Cada unidade conta com uma cama de casal e um beliche para dois filhos e banheiro particular para os seus ocupantes. As unidades com seis leitos são destinadas notadamente para solteiros e solteiras, sendo separadas por gênero. Cada uma conta com banheiro privativo.

Nesse sentido, o Hotel Social se mostrou um excelente exemplo de política pública bem-sucedida, na medida em que acolhe a demanda específica da migração afegã ao Brasil, que é caracterizada pelo elevado perfil familiar. Além disso, são respeitadas as especificidades culturais dos migrantes, com alimentação adaptada à religião e aos costumes nacionais, bem como aulas de português com a organização Educadores Sem Fronteiras.

No Hotel Social havia muitas crianças e bebês, mulheres grávidas e famílias em processo de regularização documental. De forma periódica, equipes da Saúde, da Previdência e do Trabalho e de outras pastas correlatas vão ao local para emitir carteiras de vacinação e de trabalho. Há, ainda, educadores culturais e mediadores sociais, com intérpretes, para que o processo de adaptação e inclusão social seja realizado de forma plena.



Durante a visita ao equipamento, muitos afegãos expressaram o desejo de iniciar uma nova vida no Brasil, buscando, para isso, aprender português e obter trabalho da forma mais célere possível. Muitos chegam com famílias numerosas e tencionam alugar em breve uma residência para lograr maior autonomia e inserção sociolaboral.

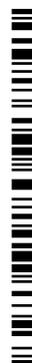
Um dos maiores desafios apontados pelos afegãos no Hotel Social é a demora na emissão dos vistos por parte dos agentes consulares do Itamaraty nos postos supramencionados. Muitos expressaram preocupação com familiares que estão há meses tentando entrevistas nas embaixadas no Oriente Médio e Ásia Central, para virem ao Brasil.

A Senadora Mara Gabrilli informou que já oficiou o Ministro das Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França em mais de uma oportunidade, para que sejam realizadas as entrevistas e sejam emitidos os vistos humanitários da forma mais rápida e eficaz possível. O MRE alega, contudo, que há restrições de ordem administrativa e que, mesmo com a contratação de mais recursos humanos, há um limite operacional de até 50 entrevistas por dia. Atualmente, a fila de espera na Embaixada brasileira de Teerã é de mais de 7.000 afegãos.

Em seguida, os parlamentares da CMMIR se deslocaram para as Repúblicas da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado (SEDS) de São Paulo, situado na Vila Prudente, na Zona Leste de São Paulo. Trata-se de um equipamento executado em parceria com a Caritas e que possui 80 vagas. No local, fomos recebidos pela secretária Executiva de SEDS, Juliana Armede.

Apesar de ter menos vagas do que o Hotel Social, a tipificação deste equipamento é distinta: trata-se de um local com 8 quartos que podem ser ocupados por até 10 pessoas. São unidades de mais de 100 metros quadrados, três quartos cada, cozinha e varanda. Nas Repúblicas, o imperativo é o de autonomia plena, onde os refugiados podem cozinhar, lavar suas roupas e ter ainda mais privacidade. É, portanto, uma outra modalidade de acolhimento social alinhada às necessidades do perfil de migração afegã, composto por famílias numerosas.

Nas Repúblicas, há ainda espaços comuns de socialização, com jardim amplo para crianças brincarem ao ar livre. Assim como no Hotel Social, são oferecidos cursos de português, há mediadores culturais, intérpretes e mutirões



SF/22096.29972-05

Página: 52/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eaf9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

periódicos de equipes das Secretarias da Saúde e do Trabalho para regularização documental e vacinal.

Uma das dificuldades apresentadas é, contudo, a dificuldade de se obter mais recursos do Governo Federal para que equipamentos bem-sucedidos como as Repúblicas possam ser multiplicados, como uma boa prática de política pública que deve ser implementada não somente no estado de São Paulo, mas nos demais estados do Brasil para o acolhimento de famílias imigrantes ou de famílias em situação de vulnerabilidade extrema.

Por fim, a visita técnica da CMMIR se encerrou na “Casa de Passagem Todos Irmãos”, localizada em Guarulhos. O local é executado pela Prefeitura de Guarulhos, pelo Acnur e pela Caritas, possuindo 50 vagas, conforme a tipificação das casas de passagem. Trata-se de um equipamento inovador, pois é o primeiro do gênero para imigrantes e refugiados na cidade, que possui o maior aeroporto da América do Sul.

Embora tenha sido aberta há poucos meses como resposta emergencial ao elevado fluxo de cidadãos afegãos a Guarulhos, a Casa de Passagem deve se estabelecer como uma política pública perene, uma vez que a necessidade de acolhimento de imigrantes de distintas nacionalidades é recorrente no município de Guarulhos.

Cumprindo ainda recordar que, assim como os demais equipamentos supracitados, o local oferece alimentação e assistências multidimensionais com apoio de diversas secretarias municipais e estaduais. Um obstáculo dessa modalidade, contudo, é um nível mais reduzido de autonomia dos imigrantes em relação ao Hotel Social e às Repúblicas, uma vez que há separação de quartos com base no gênero, o que separa famílias de forma temporária.

De toda forma, é essencial, ainda, que essa modalidade de acolhimento, feita para durações mais curtas, de até 3 meses normalmente, seja replicado na cidade. Nesse diapasão, há expectativa de abertura de uma nova casa de passagem em Guarulhos, com auxílio do governo estadual, o que é uma iniciativa muito saudada pelos parlamentares.

Uma das maiores dificuldades é, entretanto, o financiamento a longo prazo de equipamentos como a “Casa de Passagem Todos Irmãos”. É necessário que



SF/22096.29972-05

Página: 53/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eafc9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

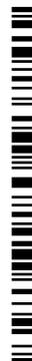
haja financiamento do governo federal para que esses locais em Guarulhos sejam mantidos não apenas em caráter emergencial.

Por fim, outro desafio em Guarulhos apontado pelos atores locais é a necessidade de estabelecimento de um Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante em Guarulhos, um equipamento que seja responsável pelo encaminhamento dos imigrantes e refugiados para os abrigos da rede de assistência social. Atualmente, esse serviço tem sido realizado pelo Posto Humanizado no aeroporto, mas essa não é uma competência formalmente estabelecida ao posto. É, portanto, essencial que haja investimento público para criação de um centro específico para o encaminhamento e atendimento jurídico, psicossocial e multilíngue para a população migrante e refugiada em Guarulhos.

7. Reuniões realizadas pela Presidência da CMMIR

Ao longo dos últimos meses de 2022, o Deputado Túlio Gadêlha, realizou uma série de encontros e reuniões em sua capacidade de Presidente da CMMIR. Nesse sentido, destacam-se quatro principais encontros: com o Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (i); na Comissão Especial sobre Trabalhadores Migrantes na Câmara dos Deputados (ii); na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (iii); e nas reuniões do governo de transição (iv).

- i. Estivemos no Encontro FONACCERAM - Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes, participando de uma importante atividade de capacitação sobre Tráfico de Pessoas, promovida pela Organização Internacional de Migração - OIM Brasil. No encontro, ouvimos os pleitos por uma maior integração entre diferentes esferas da federação para se pensar soluções no campo da migração internacional, com seus 10 comitês e conselhos estaduais buscando caminhos conjuntos.
- ii. Participamos da Comissão Especial sobre Trabalhadores Migrantes, que aprovou a adesão do Brasil à convenção das Nações Unidas sobre a proteção aos trabalhadores migrantes e suas



famílias. O texto da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990, em vigor desde 2003) foi enviado pelo governo federal à Câmara na forma da Mensagem 696, de 2010, ano em que se deu a adesão do Brasil. O presidente da CMMIR, Túlio Gadêlha, foi membro titular da comissão responsável pela análise do tema. A entrada em vigor deste instrumento é essencial para os direitos humanos dos migrantes no Brasil. Além de elencar direitos de trabalhadores migrantes e familiares para defender a não discriminação de gênero, raça, etnia, nacionalidade, opinião política etc, a Convenção deve ser aplicada em todo processo migratório, da partida ao regresso ao país de origem. Dos nove principais tratados internacionais do sistema de direitos humanos da ONU, este é o único que ainda não foi ratificado pelo Brasil. A entrada em vigor deste instrumento é essencial para os direitos humanos dos migrantes no Brasil.

- iii. Representamos a CMMIR na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) que promoveu audiência pública sobre a acolhida humanitária para afegãos afetados pela situação de instabilidade institucional do Afeganistão. O deputado Túlio Gadelha (Rede/PE), representou na mesa a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados do Congresso Nacional. Na audiência, o deputado reconheceu os esforços realizados até o momento, mas também defendeu a necessidade do Estado brasileiro ter uma agenda permanente de políticas públicas estruturantes voltada para o atendimento do fluxo migratório e lembrou que a CMMIR aprovou emenda de 150 milhões para o tema em 2023.
- iv. Participação das reuniões no governo de transição. Na condição de Presidente da CMMIR, participamos de reunião com a Coordenação do Grupo Técnico de Direitos Humanos do Gabinete de Transição Governamental de encontro com atores e entidades da sociedade civil para coletar contribuições para a elaboração de diagnóstico e perspectivas da política de Direitos Humanos para Migrantes e Refugiados. Além da participação nas reuniões, encaminhamos ao Governo de Transição documentos e relatórios



de entidades com alertas, pontos de atenção e recomendações para a pauta do refúgio e migração internacional.

8. Reuniões realizadas pela Relatora da CMMIR

Destaca-se ainda a viagem a Genebra, em agosto de 2022, no âmbito da função que esta Relatora ocupa no Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) das Nações Unidas, e em paralelo, como porta-voz desta comissão. Na ocasião, a senadora Mara Gabrilli reuniu-se com diversas autoridades a respeito do tema migratório, conforme a seguir será descrito.

Um dos pontos com menor atenção na política migratória brasileira diz respeito às pessoas com deficiência, que historicamente sempre sofreram preconceito na nossa legislação. Expressamente a lei impunha restrições à imigração de pessoas com deficiência, mediante linguagem preconceituosa e excludente.

A relatora, atenta ao tema, aproveitou seu duplo mandato - o de perita independente eleita pela Assembleia Geral das Nações Unidas no CRPD e o de Senadora - para avançar o tema perante autoridades internacionais, quando retirou licença para exercer representação na Suíça a serviço da Casa, sem ônus para o Senado Federal, no período compreendido entre os dias 12 e 20 de agosto de 2022.

Nessa missão, enquanto representante do Senado Federal em Genebra, a Senadora Mara Gabrilli atuou como relatora e porta-voz da CMMIR e acompanhou as negociações internacionais no escritório de direitos humanos das Nações Unidas em Genebra, de modo a facilitar as tratativas junto ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) para a proteção de imigrantes e refugiados, notadamente aqueles com deficiência, que sofrem múltiplas e interseccionais barreiras para fugir do conflito armado.

Com esse fim, foram realizados os seguintes encontros:

- i. 16/8 - Reunião com a Embaixadora da Ucrânia na ONU;
- ii. 17/8 - Reunião com o presidente Peter Maurer, na sede do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV);



SF/22096.29972-05

Página: 56/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eafc9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

- iii. 18/8 - Almoço de trabalho com o embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra;
- iv. 19/8 - Reunião com Gillian Triggs, Alta Comissária Adjunta para Proteção, na sede do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Cumpre, ainda, ressaltar que, desde a missão realizada pela Senadora à Suíça para acompanhar a crise humanitária na Ucrânia em março de 2022, foram obtidas no Brasil doações humanitárias capitaneadas pela parlamentar. Após amplas gestões com a Delegação Permanente do Brasil em Genebra, e com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do MRE, ao menos duas remessas com equipamentos de proteção individual, insumos de saúde, medicamentos, cadeiras de rodas e outros materiais fundamentais para a saúde e proteção de civis foram enviados à Ucrânia, sem prejuízo expressivo aos estoques nacionais.

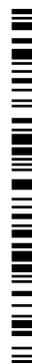
Por fim, esta relatora está negociando, junto à Embaixada da Ucrânia em Brasília e a delegação daquele país em Genebra, a vinda de ao menos cinquenta ucranianos feridos de guerra para tratamento e reabilitação no estado de São Paulo, junto ao Hospital das Clínicas.

9 – Conclusões.

Este é o segundo Relatório apresentado pela CMMIR, após o inédito relatório empreendido pelo Deputado Túlio Gadêlha em 2021. Trata-se de uma honra enorme poder dar continuidade a esse trabalho, após um ano tão complexo e dinâmico, marcado por novos fluxos migratórios, continuidade da pandemia de Covid-19, eleições gerais e governo de transição.

Apesar de todos esses desafios, a CMMIR logrou, em poucos meses desde sua instalação, em julho de 2022, levar a cabo ao menos três audiências públicas temáticas, uma viagem técnica a Guarulhos, uma viagem a Genebra desta Relatora como porta-voz da comissão e diversas reuniões bilaterais com entidades das mais distintas matizes em prol dos direitos dos refugiados e dos migrantes no Brasil e no mundo.

Além disso, pudemos também avançar na previsão orçamentária com a aprovação das emendas da CMMIR em quatro pastas diferentes: para o Ministério da Cidadania; para o Ministério da Defesa; para o Ministério da



Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e ainda para o Ministério da Justiça e da Segurança Pública. A previsão de dotação orçamentária multissetorial é essencial para uma política pública migratória transversal e holística.

Ao longo desse período, pudemos assistir a avanços de algumas das propostas destacadas no último relatório da CMMIR, de 2021. Um dos mais marcantes foi a instalação, em dezembro de 2022, da Comissão Especial sobre Trabalhadores Migrantes, com participação do presidente da comissão, o Deputado Túlio Gadêlha, membro titular da comissão responsável pela análise do tema.

A criação da mencionada comissão era uma das propostas em 2021. Além de elencar direitos de trabalhadores migrantes e familiares para defender a não discriminação de gênero, raça, etnia, nacionalidade, opinião política etc., essa convenção deve ser aplicada em todo processo migratório, da partida ao regresso ao país de origem. Dos nove principais tratados internacionais do sistema de direitos humanos da Organização das Nações Unidas, este é o único que ainda não foi ratificado pelo Brasil. A entrada em vigor deste instrumento é essencial para os direitos humanos dos migrantes no Brasil.

Nos últimos meses, um dos maiores desafios certamente foi o aumento do fluxo afegão ao Brasil, o que ensejou não apenas audiência pública, mas também uma visita *in loco* a São Paulo e a Guarulhos. Nessas oportunidades, ouvimos autoridades governamentais, imigrantes, refugiados, acadêmicos, religiosos, sociedade civil, militares, membros do sistema de justiça (juízes, promotores, defensoria pública), entre outras áreas.

Em 2023, a CMMIR seguirá atuando para que o Estado brasileiro aumente a capacidade no processamento dos vistos humanitários para afegãos e prepare de forma mais eficaz a estrutura de acolhimento, em um verdadeiro pacto federativo entre as autoridades federais, estaduais e municipais. Nesse sentido, a CMMIR seguirá em estreita cooperação com o Ministério das Relações Exteriores para que as embaixadas realizem atendimentos e emitam vistos de forma mais célere para as famílias afegãs. Também continuará em diálogo constante com o Ministério da Cidadania para que novos repasses federais sejam realizados para o acolhimento de imigrantes e refugiados nos estados e municípios brasileiros.



SF/22096.29972-05

Página: 58/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eafc9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8

Em paralelo, a CMMIR seguirá em apoio ao Governo Federal na Operação Acolhida, com políticas públicas que transcendem sua existência e pretendam ser permanentes, a contemplar a população brasileira e venezuelana presente notadamente nos estados do norte do Brasil, como Roraima e Amazonas. Também apoiará os esforços na interiorização dessa população aos demais estados da nação, com políticas públicas para a plena inserção social, laboral e digna dessas pessoas.

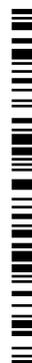
Nesse diapasão, a CMMIR continuará na defesa de criar políticas públicas que sejam eficazes na proteção dos imigrantes e no estabelecimento de uma dotação orçamentária que permita realizar as ações sobre moradia e alimentação e combater a xenofobia.

Por fim, esta comissão seguirá atuando pelo retorno do Brasil ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, pela regulamentação da Política Nacional de Migrações e pelo estabelecimento de uma agência nacional de migração e mudanças climáticas.

O presente Relatório apresentou algumas das propostas que defendemos, sem prejuízo de outras que os senhores e senhoras membros da CMMIR possam aditar.

Senadora Mara Gabrilli

Relatora



SF/22096.29972-05

Página: 59/59 15/12/2022 14:48:11

f467347eafc9c3ae7f354c50ddb4a015e413fa8